



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA)
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA)
Bacharelado em Administração

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre a inclusão de
pessoas com deficiência na Universidade Federal da Paraíba - Campus III/Bananeiras

BRUNA BEATRIZ ALVES SILVA

Bananeiras
Outubro, 2024

BRUNA BEATRIZ ALVES SILVA

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO ENSINO SUPERIOR: Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal da Paraíba - Campus III/Bananeiras

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), da Universidade Federal da Paraíba / UFPB, Campus III.

Professor (A) Orientador (A): Prof. Dr. José Mancinelli Ledo do Nascimento

Bananeiras
Outubro, 2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586t Silva, Bruna Beatriz Alves.

Tecnologias assistivas no ensino superior: um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal da Paraíba - Campus III/Bananeiras / Bruna Beatriz Alves Silva. - Bananeiras, 2024.
70 f. : il.

Orientação: José Mancinelli Ledo do Nascimento.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Tecnologias assistivas. 2. Inclusão. 3. Educação.
4. PcD. I. Nascimento, José Mancinelli Ledo do. II.
Título.

UFPB/CCHSA-CHÃ

CDU 658 (042)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração.

Aluno: Bruna Beatriz Alves Silva

Trabalho: Tecnologias Assistivas no Ensino Superior: um estudo sobre inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal da Paraíba - Campus III/Bananeiras

Data de aprovação:23/10

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente

JOSE MANCINELLI LEDO DO NASCIMENTO

Data: 24/10/2024 22:05:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. José Mancinelli Ledo do Nascimento



Documento assinado digitalmente

PATRICIA ARAUJO AMARANTE

Data: 24/10/2024 22:20:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro 1: Profa. Dra. Patrícia Araújo Amarante

Membro 2: Prof.^a Ma. Andressa Sullamyta Pessoa de Lima Torres

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, em primeiro lugar, por sua proteção ao longo da minha jornada. Sem a sua luz, nada disso seria possível.

Dedico também à minha mãe, cuja força e coragem sempre foram os pilares que me inspiraram. Seu exemplo e suas orações foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios com determinação e resiliência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores: Professor José Mancinelli Ledo do Nascimento, por ter aceitado me orientar na segunda parte do meu TCC, e à Professora Andressa Sullamyta Pessoa de Lima Torres, cuja orientação foi fundamental. Ela não apenas me guiou, mas também me mostrou o verdadeiro potencial que um professor pode despertar em um aluno. Sou eternamente grata por sua presença em minha vida, tornando-se uma referência tanto pessoal quanto profissional.

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Maria Iselda Alves, que, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades sozinha, sempre se esforçou para me proporcionar o melhor, moldando a mulher que sou hoje.

Aos meus 5 irmãos de sangue, que amo incondicionalmente, um agradecimento especial à minha irmã Andreza Cardoso, que é uma fonte de inspiração para mim. Também sou grata aos meus sobrinhos, que, apesar da distância e pouca convivência, ocupam um lugar especial em meu coração.

Minhas tias, que muitas vezes assumiram o papel de mães, merecem meu reconhecimento: Eliane Alves, Cleidiane Alves, Maria José, Rosa Romana e Maria Romana. Agradeço a cada uma delas por seu amor e apoio todas as vezes que precisei.

Agradeço às minhas primas, que, mesmo distantes, nunca hesitaram em me oferecer ajuda, especialmente Samara Beatriz e Maria Ravenna. A todos os meus familiares que compreendem e respeitam minha ausência no dia a dia, meu sincero agradecimento.

Aos meus amigos de longa data, que permanecem presentes em minha vida, mesmo à distância, e que mantêm o carinho e consideração, sou eternamente grata. Agradeço também àqueles que se mostraram presentes, apesar da distância, e me ampararam nos bons e males momentos, em especial: Joelson Josimar e José Augusto.

Aos amigos que a UFPB me proporcionou, especialmente aqueles que se tornaram minha família e me ajudaram a enfrentar os desafios do percurso acadêmico: Alana Thaisa, Anna Elisa, Dielle Silva, Douglas Borges, Hemeson Emanuel, Kleyber Miranda, Luana Leopoldo e Matheus Borba. Agradeço também aqueles que, embora não mencionados aqui, sabem da sua importância em minha jornada.

Um agradecimento especial a Dona Zefinha e ao Senhor Geraldo, que me acolheram em sua família quando eu mais precisava de acolhimento.

Um agradecimento especial à Vó Zefa, que, mesmo não sendo minha avó de verdade, sempre me acolheu com muito carinho. Sua generosidade e afeto fizeram toda a diferença em minha vida.

Agradeço à Professora Gabriela Tavares e ao grupo AGE, por abrirem portas e me oferecerem o apoio e a motivação que tanto necessitava.

Agradeço ao Escritório Toscano e Castro Advocacia, representado por Lorena Castro e Heitor Toscano, pelo acolhimento e pela contribuição na formação da profissional que sou hoje.

Agradeço à Cícera Castro por seu jeito cativante de ser, sempre tão direta e autêntica. Sou grata pelos conselhos, pelas conversas enriquecedoras e pela amizade que levarei em meu coração, não importa onde a vida me leve.

À Dona Adennilde toda minha gratidão e reconhecimento por sua simpatia e profissionalismo, sempre demonstrando empatia e cuidado, mesmo à distância, ao emitir minhas passagens, permitindo que eu visite as pessoas que amo e servindo como combustível para minha jornada.

Sou grata à Universidade Federal da Paraíba e a todos que a compõem, por ter sido meu lar durante este período. Agradeço também aos alunos e professores que aceitaram participar da minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, mesmo sem serem mencionados, ocupam um lugar especial em meu coração. Minha gratidão é imensa ao lembrar de tudo que já fizeram e continuam fazendo por mim.

“Para a maioria das pessoas, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

(Radabaugh)

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória da LBI	19
Figura 2 - Discentes NEE em atendimento pelo CIA por status no SIGAA.....	24
Figura 3 - Discentes NEE em atendimento pelo CIA por nível.....	24
Figura 4 - Alunos apoiadores ativos na UFPB.....	26
Figura 5 - Síntese do método de pesquisa	38
Figura 6 - Fatores que geram desafios para a adoção das TAs.....	45

LISTAS DE QUADROS

Figura 1 - Trajetória da LBI	19
Figura 2 - Discentes NEE em atendimento pelo CIA por status no SIGAA.....	24
Figura 3 - Discentes NEE em atendimento pelo CIA por nível.....	24
Figura 4 - Alunos apoiadores ativos na UFPB.....	26
Figura 5 - Síntese do método de pesquisa	38
Figura 6 - Fatores que geram desafios para a adoção das TAs.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Utilização das TAs no dia a dia acadêmico	39
Gráfico 2 - Conhecimento acerca das políticas e diretrizes do MEC e da UFPB	40
Gráfico 3 - Conhecimento dos docentes sobre as políticas e diretrizes.....	46

LISTAS DE SIGLAS

TA's	Tecnologias Assistivas
AR	Realidade aumentada
CAA	Comunicação aumentativa e alternativa
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CONSUNI	Conselho Universitário
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
NEEs	Necessidades Educacionais Específicas
IA	Inteligência artificial

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCR	Reconhecimento óptico de caracteres
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PCD	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SESU	Secretarias de Educação Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
VR	Realidade virtual
LAVITA	Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva
LAVID	Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital
MGISP	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
SGD	Secretaria de Governo Digital
SNDPD	Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Nedesp	Núcleo de Educação Especial
MP	Ministério do Planejamento
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
SEAD	Superintendência de Educação a Distância
FUNAD	Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência
SIUD	Serviço de Inclusão de Usuários com Deficiência

SIGAA	Sistema Integrado De Gestão de Atividades Acadêmicas
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRAC	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PRG	Pró-reitoria de Graduação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Objetivo Geral	15
1.1.1	Objetivos específicos.....	16
1.2	Justificativa	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.....	18
2.2	Diretrizes do MEC para inclusão e uso de tecnologias assistivas.....	21
2.3	Diretrizes da UFPB para inclusão e uso de tecnologias assistivas	23
2.4	As tecnologias assistivas.....	28
2.5	O papel do docente na inclusão de pessoas com deficiência	30
2.6	Perspectivas de mercado para as pessoas com deficiência	32
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
3.1	Sujeitos de pesquisa	34
3.2	Procedimento de coleta de dados.....	36
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
4.1	Percepções dos discentes	39
4.2	Percepção dos docentes	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
5.1	Sugestões para a UFPB.....	54
5.2	Limitações da Pesquisa	55
5.3	Sugestões para Futuros Estudos.....	55
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICE	58

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos o papel desempenhado pelas Tecnologias Assistivas (TAs) na vida de pessoas com deficiências (PcD) durante o ensino superior e a fase de inserção no mercado de trabalho, é essencial recorrer a um resgate histórico e às estatísticas. Embora o termo seja considerado recente, as TAs acumulam uma vasta trajetória, abrangendo múltiplos aspectos e categorias. Assim, queremos começar esse estudo formalizando a sua definição e apresentando dados que evidenciam o panorama da temática no Brasil.

Resultado de uma junção de referências internacionais, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela Portaria N° 142, de 16 de novembro de 2006, aprovou, em 14 de dezembro de 2007, o conceito brasileiro de Tecnologia Assistiva:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, SDHPR – Comitê de Ajudas Técnicas, Ata VII).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2022) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), são 18,6 milhões de pessoas a partir de dois anos com deficiência no Brasil, o que corresponde a 8,9% da população do país. Dessas 18,6 milhões de pessoas, ou seja, mais da metade são mulheres, com 10,7 milhões. E o Nordeste foi a região com o maior percentual registrado na pesquisa, sendo 5,8 milhões de PcDs¹.

No terceiro trimestre de 2022, a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto entre as pessoas sem deficiência essa taxa foi de 4,1%. Apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência tinham esse nível de instrução. E apenas 51,2% das pessoas com deficiência que possuem ensino superior estavam ativas no mercado de trabalho. Isso nos mostra que, mesmo com alto grau de instrução, esse grupo sofre com a desvantagem e incerteza de uma futura colocação profissional.

Exemplo disso é a seguinte proporção apresentada: de cada quatro pessoas com deficiência em idade de trabalhar, apenas uma estava ocupada. Isto é, dos 99,3 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, em 2022, apenas 4,7% eram pessoas com deficiência. A taxa de

¹ GOV.BR: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. [Disponível](#). Acesso em 05 de out. 2024.

participação na força de trabalho das pessoas sem deficiência foi de 66,4%, enquanto entre as pessoas com deficiência essa taxa era de apenas 29,2%. A desigualdade persiste mesmo entre as pessoas com nível superior: nesse caso, a taxa de participação foi de 54,7% para pessoas com deficiência e 84,2% para as sem deficiência. Cerca de 55,0% das pessoas com deficiência que trabalhavam estavam na informalidade, enquanto para as pessoas ocupadas sem deficiência esse percentual foi de 38,7%. O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas com deficiência foi de R\$1.860, enquanto o rendimento das pessoas ocupadas sem deficiência era de R\$ 2.690².

Diante do entendimento incontestável sobre a importância da inclusão para a sociedade, o presente trabalho, então, propõe uma discussão sobre a contribuição do uso das TAs, desde o ambiente acadêmico, até a inserção profissional de PCDs no mercado de trabalho. A utilização de tais tecnologias para o referido público, tanto na esfera acadêmica, quanto em âmbito profissional, é resultado das constantes mudanças advindas das revoluções tecnológicas e sociais. Assim, o que antes era inconcebível para pessoas com deficiências que almejavam uma carreira, hoje, graças ao uso desses mecanismos é uma realidade. No entanto, a diferença entre as oportunidades para pessoas com deficiências e aquelas que não as possuem ainda é bastante significativa. Por isso, vale à pena o debate.

Dentre as principais dificuldades para a inclusão dessas pessoas estão a desinformação, desconhecimento da sociedade acerca dos tipos de deficiências, atitudes preconceituosas, defasagem nas políticas públicas e o nível de formação e escolarização dos indivíduos que, muitas das vezes, não atendem às exigências solicitadas pelo mercado. Segundo Galvão Filho (2009), as tecnologias assistivas (TA) entram nesse contexto, e têm se mostrado como um recurso eficiente na promoção da escolarização de alunos com deficiências, ao se posicionar como instrumento mediador para o seu empoderamento no contexto educacional. Nesse sentido, é importante que as instituições de ensino, organizações e a sociedade em geral acompanhem e trabalhem para a criação de políticas públicas de inclusão, a fim de viabilizar o surgimento de novas ações e tecnologias que atendam e permitam minimizar essas dificuldades.

Partindo desse pressuposto, constata-se que não há espaço para defasagem quando se quer construir um ambiente acadêmico e profissional acolhedor e inclusivo. Por isso, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), considerada uma das três principais instituições de ensino do Nordeste, conforme o *Webometrics Ranking of the World* (2024)³, deve estar sempre

² Agência de Notícias IBGE. [Disponível](#). Acesso em 5 de out. 2024.

³ O [Webometrics](#) Ranking of World Universities é uma iniciativa do Cybermetrics Lab, um grupo de pesquisa do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), o maior corpo científico de pesquisa pública da Espanha.

trabalhando em suas diretrizes para garantir uma educação de qualidade e inclusiva aos seus alunos; pois como afirma Mary Pat *Radabaugh* (1993), “para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

Nesse contexto, visando garantir direitos, diversas Leis e Diretrizes foram criadas, ao longo dos anos. Uma delas é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. Na UFPB, o principal órgão responsável por desenvolver ações assistenciais e promoção à pessoa com deficiência é o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), criado em 26 de novembro de 2013, através da resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI).

Dentro da UFPB, o Campus III foi selecionado como contexto da pesquisa, por ser o Campus de estudo da pesquisadora. Ele está situado no município de Bananeiras, no brejo Paraibano, a cerca de 129 km da capital, João Pessoa. Atualmente o CIA-Bananeiras presta assistência a um total de 12 alunos no Campus III. Mas a investigação proposta por essa pesquisa irá trabalhar, especificamente, com a experiência dos alunos dos cursos de Administração e Pedagogia. Nesse caso, temos 3 sujeitos (25% dos alunos com deficiência no Campus) distribuídos em Paralisia Cerebral, Baixa visão, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Obsessivo Compulsivo e Baixa audição.

A inspiração para a construção desse trabalho se deu a partir das próprias observações e percepções da autora no ambiente acadêmico, reflexões sobre a sociedade em geral e pesquisas bibliográficas. Portanto, a nossa proposta é apresentar uma discussão sobre o seguinte problema de pesquisa: **qual é o impacto das tecnologias assistivas na formação e inclusão profissional dos alunos com deficiências do Campus III da UFPB?** E a partir dessa discussão, usar esse espaço para apresentar novas contribuições de como tais ferramentas podem ser utilizadas pelas Universidades e outras instituições de ensino no Brasil.

1.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar o impacto das tecnologias assistivas na formação e inclusão profissional dos alunos com deficiências dos cursos de Administração e Pedagogia no Campus III da Universidade Federal da Paraíba.

1.1.1 Objetivos específicos

Para maior profundidade no assunto, também buscaremos responder aos seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar as políticas e diretrizes do Ministério da Educação e internas da UFPB para inclusão e uso das tecnologias assistivas em seus Campis;
- b) Investigar a percepção dos estudantes com deficiência e docentes dos cursos de Administração e Pedagogia quanto ao uso de TAs no contexto acadêmico e profissional; e
- c) Sugerir ações estratégicas à UFPB, a partir dos *insights* obtidos pela pesquisa, para melhorar a experiência do aluno com deficiência no ensino superior e aumentar suas chances de empregabilidade.

1.2 Justificativa

A presente pesquisa se torna relevante, uma vez que busca explorar o contexto das tecnologias assistivas, considerando as diretrizes legais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Nossa busca é por igualdade e diversidade de oportunidades de aprendizagem, aumento do desempenho acadêmico e facilitação da transição desse grupo para o mercado de trabalho.

O estudo visa também ajudar os docentes a refletirem sobre como adotar novas metodologias de ensino, reconhecendo a necessidade de atualização constante para atender às demandas inclusivas. E, paralelamente, ajudar as organizações a identificarem boas práticas no uso de tecnologias assistivas para inclusão, gerando uma discussão valiosa sobre a colaboração entre o ambiente acadêmico e o mercado de trabalho. Ademais, acreditamos que os *insights* gerados por este estudo não apenas beneficiarão a comunidade acadêmica e as organizações, mas também poderão contribuir para o debate na esfera pública, visando projetos de inclusão mais eficazes que abordem os desafios enfrentados por estudantes com deficiência e promovendo uma cultura de igualdade, diversidade e acessibilidade.

Para reforçar a importância deste trabalho, entendemos que ele também apresenta uma boa oportunidade de discussão acerca das próprias tecnologias assistivas em si. A partir dos resultados, podemos propor sugestões de melhorias em seu uso, resultando em mais

adaptabilidade e acessibilidade para, assim, promover uma experiência inclusiva e satisfatória aos seus usuários.

Por fim, salientamos que, para uma melhor compreensão da temática proposta, esta pesquisa estará dividida da seguinte maneira: **(1) referencial teórico**, onde discutiremos sobre os direitos das pessoas com deficiência; a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico e profissional; as tecnologias assistivas no contexto acadêmico e profissional; o papel do docente na inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e as perspectivas de mercado para as pessoas com deficiência para os próximos anos, **(2) método de pesquisa**, onde faremos a apresentação das decisões metodológicas adequadas ao cumprimento dos objetivos de pesquisa; **(3) análise dos resultados**, onde apresentaremos os principais dados coletados; **(4) considerações finais**, onde discutiremos sobre os resultados obtidos e apresentaremos os *insights*, considerações finais, limitações e sugestões de pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para serem alcançados os objetivos propostos, é essencial, a princípio, discutir o fenômeno em sua perspectiva teórica. Assim, no capítulo a seguir será apresentado o Referencial, organizado da seguinte maneira: (1) discussão sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, seguida das (2) diretrizes do MEC e da UFPB para inclusão e uso de TAs, (3) a inclusão das PCDs no ambiente acadêmico e mercado de trabalho, (4) o uso das TAs nesses dois ambientes, (5) o papel do docente na inclusão de PCDs e (6) as perspectivas de empregabilidade para o grupo.

2.1 Os direitos das pessoas com deficiência no Brasil

A inclusão das pessoas com deficiência no Brasil é apoiada por um conjunto de legislações e políticas públicas que visam garantir seus direitos e promover a igualdade. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o país começou a avançar significativamente nessa matéria, reforçando a necessidade por uma sociedade mais inclusiva. Porém, só em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, o dispositivo responsável por assegurar que, assim como os demais cidadãos, a pessoa com deficiência tenha direito à vida, habilitação e reabilitação, saúde, moradia e trabalho (Brasil, 2015).

Essa legislação estabelece diretrizes para garantir a igualdade de oportunidades, combater a discriminação e eliminar barreiras sociais, econômicas e culturais que dificultam o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Ela adota uma abordagem moderna para definir deficiência, reconhecendo-a como resultado da interação entre limitações de longo prazo e as barreiras impostas pela sociedade. A Lei dá destaque ao uso de tecnologias assistivas (dispositivos, equipamentos ou sistemas que aumentam a capacidade funcional de pessoas com deficiência) e incentiva o desenvolvimento de novas tecnologias, além de prever isenções fiscais para a sua aquisição.

Atualmente, apesar de ainda ser pouco conhecida pela sociedade, a LBI se tornou um marco na luta contra a discriminação das PcDs. Sua tramitação iniciou nos anos 2000 e, de lá para cá, ela foi bastante alterada até chegar na sua configuração oficial. Assim, na Figura 1, resumimos a sua trajetória:

Figura 1 - Trajetória da LBI



Fonte: A autora, baseado na LBI, 2015.

Contudo, cabe salientar que, antes da LBI, já existiam outras diretrizes atuando com propósitos semelhantes. Sabemos que elas se desenvolveram com maior sucesso em meio ao processo de globalização, mas ganharam seus primeiros caminhos a partir da Segunda Guerra Mundial. Então, temos registros dos marcos históricos dessa trajetória. Como evidencia Piovesan (2008, p. 08):

[...] a Constituição Brasileira de 1988 constitui um marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. O texto de 1988, ao simbolizar a ruptura com o regime autoritário, empresta aos direitos e garantias ênfase extraordinária, situando-se como o documento mais avançado, abrangente e pormenorizado sobre a matéria, na história constitucional do país. O valor da dignidade humana ineditamente elevado a princípio fundamental da Carta, nos termos do art. 1º, III, impõe-se como núcleo básico e informador do ordenamento jurídico brasileiro, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional instaurado em 1988. A dignidade humana e os direitos fundamentais vêm a construir os princípios constitucionais que incorporam as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro. Na ordem de 1988, esses valores passam a ser dotados de uma especial força expansiva, projetando-se por todo universo constitucional e servindo como critério interpretativo de todas as normas do ordenamento jurídico nacional (Piovesan, 2008, p. 08).

Outro marco foi a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989:

Que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Adicionalmente, tivemos a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Essa estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e deu outras providências. Além disso, vale destacar os próprios Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que são um conjunto de 17 Objetivos, 169 metas e 230 indicadores, adotados por todos os Estados Membros das Nações Unidas (2015). Esses objetivos visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos, até 2030. O ODS que menciona as metas para a mitigação dos problemas enfrentados pelos PcDs é o 4º. Nele temos a seguinte proposta:

Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 23).

Estes dispositivos nacionais e até mesmo os objetivos da ONU nos mostram que, no Brasil, os direitos das pessoas com deficiência já são amplamente protegidos. Eles asseguram o direito ao trabalho digno, proibindo qualquer tipo de discriminação no ambiente organizacional e reservando 2% a 3% das vagas de emprego em empresas com cem ou mais funcionários (Brasil, Lei de Cotas – Nº 8.213/1991).

Além disso, os concursos públicos devem prever adaptações necessárias para garantir a igualdade de acesso aos cargos; o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê diretrizes para que as escolas sejam acessíveis e que os profissionais da educação estejam capacitados; no Sistema Único de Saúde (SUS), os dispositivos asseguram prioridade para reabilitação, fornecimento de órteses e próteses, e tecnologias assistivas; todos os sistemas de transporte público devem ser adaptados, garantindo o acesso de cadeirantes, pessoas com baixa visão, deficientes auditivos, entre outros; locais como teatros, cinemas, estádios e parques devem ser adaptados para garantir o acesso geral; a Justiça Eleitoral é responsável por garantir que as urnas eletrônicas e os locais de votação sejam acessíveis e, em especial, os dispositivos garantem o direito à autonomia e ao exercício de sua capacidade legal, reconhecendo que as PcDs podem tomar decisões sobre suas próprias vidas, como constituir família, administrar seus bens e escolher tratamentos médicos.

Vimos, portanto, vários exemplos de esferas da vida cotidiana desse grupo que já são contempladas com dispositivos legais para garantir seus direitos. Porém, o objetivo neste trabalho é discutir com mais afinco as questões relacionadas às tecnologias assistivas no ambiente educacional e profissional. Portanto, na próxima seção, trataremos sobre as diretrizes do MEC e da Universidade Federal da Paraíba.

2.2 Diretrizes do MEC para inclusão e uso de tecnologias assistivas

A inclusão de pessoas com deficiência no ambiente educacional é uma prioridade nas políticas públicas brasileiras, refletida nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Essas diretrizes visam garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, tenham acesso a uma educação de qualidade e a recursos que promovam sua autonomia e participação prática.

Portanto, na tentativa de reduzir os paradigmas capacitistas impostos às PcDs pela sociedade, o Brasil, nos últimos anos, vem fomentando iniciativas eficazes. Como exemplo, temos a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), cujo objetivo é:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 14).

Além dessa iniciativa, destaca-se a colaboração do MEC com as Secretarias de Educação Superior (SESU) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP), por meio do Edital nº 4/2008, no qual apresentaram propostas às Instituições de Educação Superior (IES), a fim de que viabilizassem a implantação do Programa Incluir, cujo objetivos são:

1.1. Implantar a política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior; 1.2. Promover ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES); 1.3 Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Ensino Superior; e 1.4. Promover a eliminação de e barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (Brasil, 2008, p. 39).

Esses objetivos podem ser considerados iniciativas importantes na progressão da luta, uma vez que possibilitam a inserção e a permanência dos alunos PcDs no ambiente educacional. Conforme Schmidt (2005), a visão elitista acerca do ensino no Brasil – em especial no ensino superior – ajuda a manter as desigualdades sociais; uma das características mais problemáticas do país. No combate a essa realidade, então, a inserção de PcDs nas IES brasileiras se tornou mais acessível com a Lei 12.711/2012, a qual instituiu a política de cotas para entrada nas universidades, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Segundo essa Lei:

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos, deficientes e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com Mendes (2006), o movimento de inclusão social para PcDs no âmbito educacional, abriu a discussão em várias esferas do ensino. Assim, o MEC passou a incentivar o uso de Tecnologias Assistivas como uma ferramenta essencial para garantir a educação inclusiva em todos os níveis, e para que os estudantes possam participar plenamente das atividades escolares. Nesse intuito, a utilização de TAs deve ser integrada aos planos de ensino, respeitando as necessidades específicas de cada aluno. Isso inclui a adoção de tecnologias que facilitem o acesso a materiais didáticos, comunicação e a interação com colegas e professores.

Outra diretriz do MEC para as TAs é garantir que os professores e outros profissionais da educação recebam capacitação adequada para o uso em sala. Com isso, a formação continuada se apresenta como proposta para que os docentes aprendam a utilizar os recursos disponíveis de maneira efetiva e adotem estratégias pedagógicas que realmente incluam as TAs no cotidiano escolar.

O MEC ainda prevê a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com o envolvimento das famílias no processo; a adaptação de materiais didáticos e salas de aula; formação de parcerias com centros de pesquisa e inovação que incentivem a criação de outras ferramentas contextualizadas, de acordo com as características regionais, culturais e sociais de cada município; além de expandir o conceito de inclusão digital, reconhecendo a importância desse novo ambiente de ensino virtual para o aprendizado e desenvolvimento dos alunos com deficiências.

Cabe salientar que o MEC recomenda o monitoramento contínuo do uso das TAs nas

instituições de ensino para avaliar seu impacto no aprendizado dos alunos. Esse processo inclui tanto a avaliação do progresso individual dos estudantes quanto a revisão das práticas pedagógicas associadas. A ideia é garantir que o investimento até mesmo financeiro nessas tecnologias resultem em benefícios educacionais reais.

Por fim, destacamos que as principais tecnologias assistivas incentivadas pelo MEC são os leitores de tela e *softwares* de síntese de voz para alunos com deficiências visual; teclados e mouses adaptados para alunos com deficiências motora; audiolivros e materiais em braile; dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa para alunos com deficiência na fala ou comunicação; vídeos com legendas e interpretação em Libras para alunos surdos ou com deficiência auditiva; pranchas de comunicação e outros recursos visuais para alunos com autismo ou transtornos globais do desenvolvimento.

As diretrizes do MEC para uso das TAs, portanto, visam construir um ensino mais inclusivo, a fim de reduzir a evasão escolar, melhorar a qualidade do aprendizado, abrir portas de socialização e integração com diferentes grupos da sociedade e reduzir as barreiras que impedem PcDs de atingirem todo o seu potencial. Com essas informações em mente, podemos avançar na discussão direcionando o debate para o contexto específico da Universidade Federal da Paraíba.

2.3 Diretrizes da UFPB para inclusão e uso de tecnologias assistivas

A Universidade Federal da Paraíba, alinhada às diretrizes do MEC, também tem se comprometido com a inclusão de PcDs em seus cursos e atividades acadêmicas. Para tanto, em 2013, instituiu sua política interna de inclusão e acessibilidade, por meio da Resolução do Conselho Superior (CONSUNI, 2013), nº 34/2013, a qual criou uma assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA).

De acordo com o relatório final da pesquisa “A Política de Inclusão Universitária: Em Foco as Ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade”, conduzida pela professora Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger (2020, p. 15):

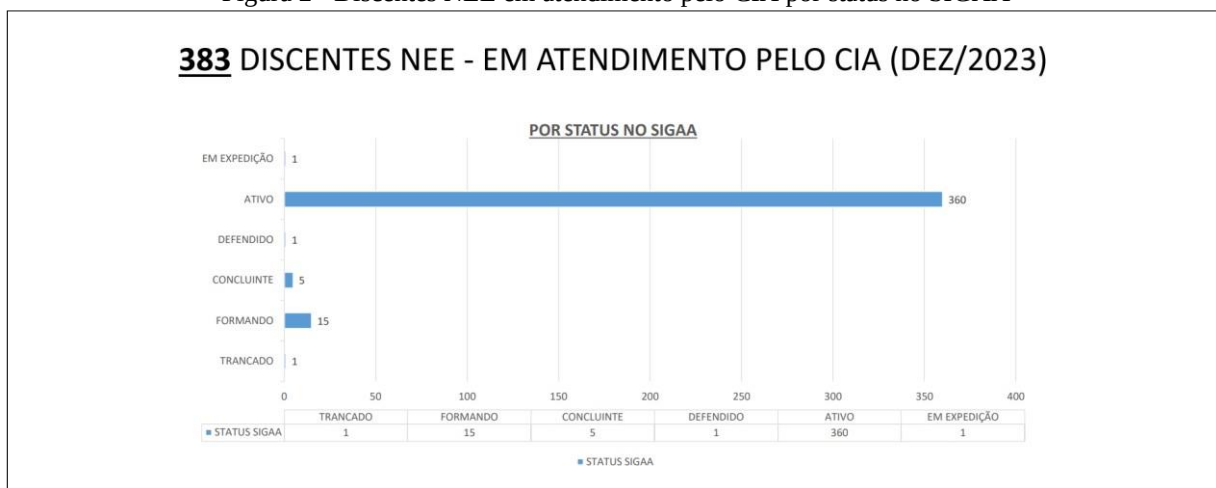
Até a criação oficial do CIA, várias foram as reuniões do grupo composto por representantes dos diferentes segmentos e necessidades especiais (deficiências visual, auditiva, intelectual, física e outras, além de profissionais envolvidos com inclusão social/escolar) para se discutir as normativas e a organização do CIA (Daxenberger et al., 2020, p. 15).

Além de garantir acessibilidade, desenvolver ações, apoiar e orientar as coordenações

de curso, criar e manter os canais de comunicação para identificar as demandas da comunidade acadêmica, é também papel do CIA atualizar e divulgar a situação dos alunos que utilizam o órgão.

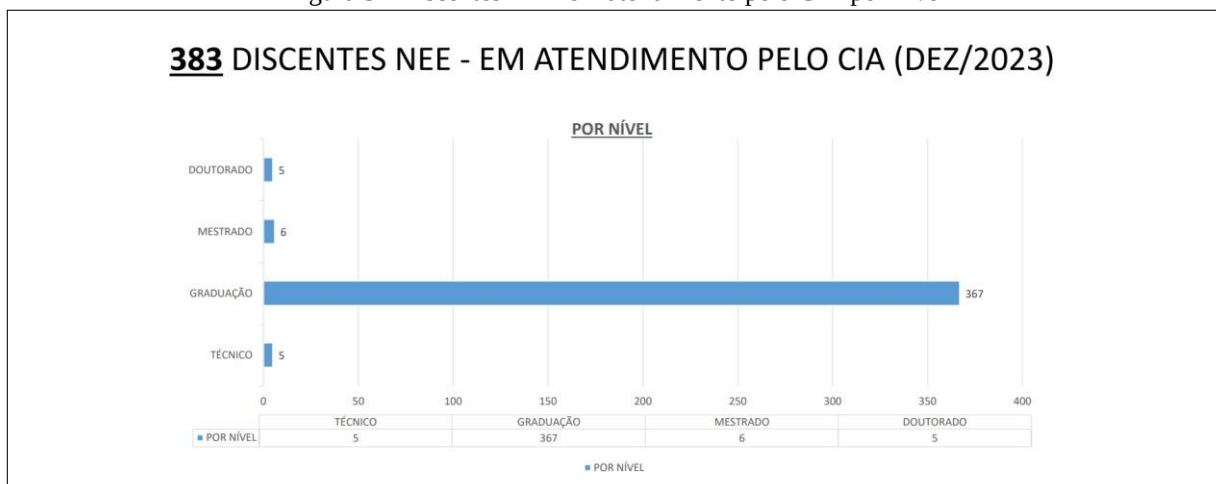
Nesse sentido, de acordo com dados divulgados em seu último relatório oficial, a UFPB conta com 383 (trezentos e oitenta e três) discentes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em atendimento. Esse número não significa necessariamente a quantidade de alunos com necessidades especiais ativamente matriculados, pois o discente pode apresentar múltiplas necessidades (CIA, 2023). Mas é uma boa referência para nos ajudar a compreender a realidade da UFPB no quesito acessibilidade. Do relatório, pudemos extrair o Gráfico 1, com a distribuição dos discentes NEE em atendimento pelo CIA por status no sistema da UFPB (SIGAA), e o Gráfico 2 com o mesmo número distribuído por nível de ensino.

Figura 2 - Discentes NEE em atendimento pelo CIA por status no SIGAA



Fonte: Relatório CIA em números (2023).

Figura 3 - Discentes NEE em atendimento pelo CIA por nível



Fonte: Relatório CIA em números (2023).

Cabe ressaltar que existem 297 discentes que se autodeclararam com NEE, mas não são atendidos pelo CIA. Os motivos disso não foram declarados. O CIA é composto por uma coordenação no Campus I e representantes nos demais. Seu colegiado é constituído por membros representantes das Pró-Reitorias (PRAC, PRAPE e PRG), Centros de Ensino, Comunidade Universitária e entidades representativas dos servidores da UFPB. Há, ainda, subsedes do CIA em todos os campi, que possibilitam que as necessidades da comunidade acadêmica de cada um destes locais sejam atendidas de forma descentralizada (PDI UFPB, 2023).

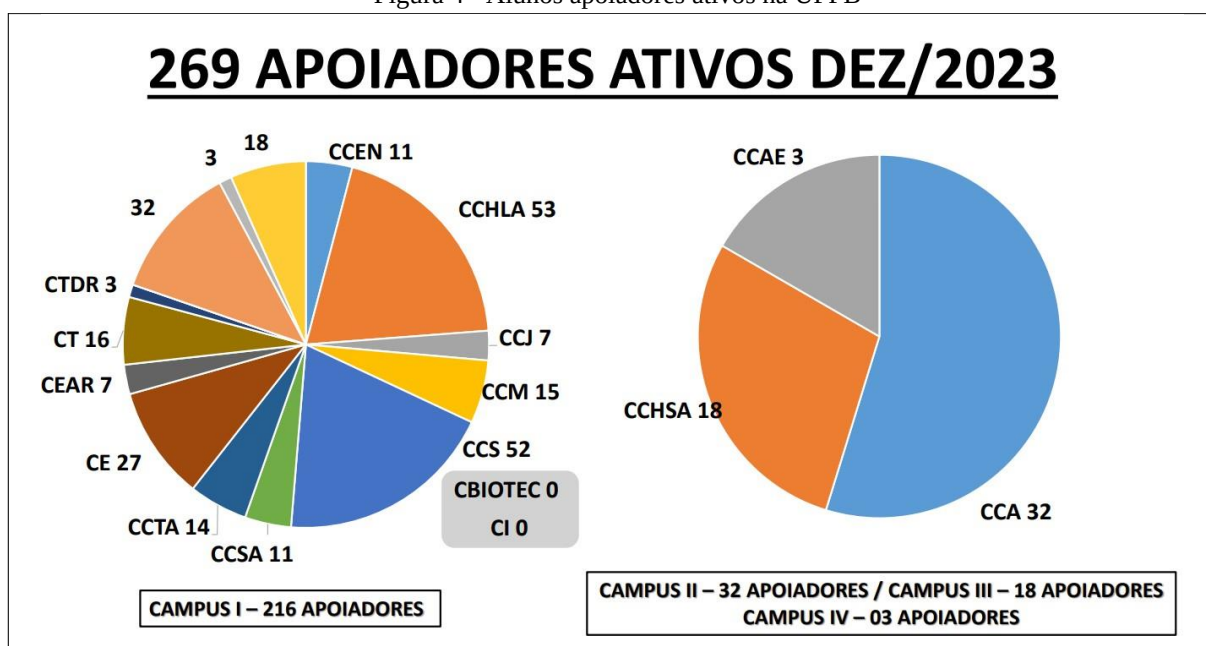
Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB (PDI), as diretrizes para a política de inclusão social e promoção da acessibilidade na instituição preveem as seguintes ações:

- a) Acompanhamento e avaliação do ingresso, do acesso, da permanência e do processo de aprendizagem de estudantes com deficiências;
- b) Fortalecimento da articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFPB e as parcerias interinstitucionais para aprimorar as práticas inclusivas intra e extra universidade;
- c) Desenvolvimento de ações para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência;
- d) Estímulo à criação de grupos de pesquisa e a articulação entre os existentes, para desenvolver estudos e tecnologias com abordagem interdisciplinar;
- e) Investimento em campanhas para sensibilização da comunidade acadêmica acerca da eliminação das barreiras atitudinais, com enfoque na conscientização do direito de ir e vir de todas as pessoas;
- f) Fortalecimento de parceria com a Pró-Reitoria de Assistência de Promoção ao Estudante, para manutenção do Programa de Estudante Apoiador;
- g) Incentivo à inclusão em conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com deficiência;
- h) Adoção de práticas pedagógicas inclusivas, ofertando orientação e formação continuada aos professores; e
- i) Incentivo à participação dos estudantes com deficiência nas diversas instâncias de atuação da comunidade acadêmica.

É importante salientar que essas diretrizes estão diretamente conectadas com os objetivos estratégicos da UFPB descritos em seu PDI. Dando continuidade, além da própria criação do CIA, podemos destacar outras iniciativas da UFPB para atendimento dos alunos com deficiências.

Uma das mais visíveis é o Programa Estudante Apoiador, ativo desde 2016, e cujo objetivo é selecionar estudantes que assumirão atividades junto aos discentes com deficiência atendidos pelo CIA, respeitando-se as peculiaridades, necessidades educacionais de cada área de deficiência, Necessidades Educacionais Específicas (NEEs), Transtornos Mentais e outras demandas pedagógicas. De acordo com as regras de seleção dos alunos apoiadores, os candidatos aprovados e classificados no processo de seleção devem, obrigatoriamente, realizar um curso de formação continuada, com carga horária mínima de 4h mensais, a ser desenvolvido por meio de atividades síncronas e assíncronas⁴. Atualmente, existem 269 apoiadores ativos na UFPB, distribuídos da seguinte maneira, como vemos no Gráfico 3:

Figura 4 - Alunos apoiadores ativos na UFPB



Fonte: Relatório CIA em números (2023). As siglas apresentadas referem-se aos Campis da UFPB.

Também damos destaque ao Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva (LAVITA), criado em 2016. Ele está localizado no Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde, e seu objetivo é realizar ações, pesquisas e atendimentos de pessoas com deficiência, visando o planejamento, desenvolvimento, treino e uso de produtos

⁴ UFPB. [Disponível](#). Acesso em 05 de out. 2024.

de Tecnologia Assistiva. Segundo o Relatório CIA em números (2023), O Lavita, presta serviços a estudantes, e funcionários da Universidade Federal da Paraíba no âmbito da Tecnologia Assistiva, envolvendo atendimentos, avaliações, empréstimos e prescrição de equipamentos.

Adicionalmente, a UFPB também dispõe do Suite VLibras, um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas. O Suite foi o resultado de uma parceria entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGISP), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).

Quanto às suas diretrizes internas institucionalizadas, destacamos a Resolução 16/2015 (Consepe), que aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Em seu capítulo intitulado “Dos estudantes com deficiência”, no art. nº 268, ela ampliou o atendimento aos estudantes com outras necessidades como o Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) e outros transtornos mentais de diferentes origens com implicações reais na aprendizagem, como dislexia e discalculia.

No âmbito das tecnologias assistivas, o CIA fornece, por empréstimo, notebooks com leitores de tela instalados e gravadores de voz digitais para alunos com deficiências visuais. Em 2023, por exemplo, foram adquiridos 30 novos notebooks para atender a estudantes nos campi II, III e IV. Os equipamentos foram adquiridos pelo CIA, por meio da Reitoria, com recursos do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), do Ministério da Educação. Antes de serem cedidas, as máquinas passam pelas adequações realizadas pelo Lavita, a fim de que sejam adaptadas à realidade específica de cada discente com deficiência beneficiado pela iniciativa⁵.

Além do CIA, o Serviço de Inclusão de Usuários com Deficiência (SIUD), da Biblioteca Central, e o Núcleo de Educação Especial (Nedesp), do Centro de Educação, atendem alunos com deficiência visual. O SIUD e o Nedesp contam com impressoras Braille, *scanners* leitores Sara CE, máquinas Perkins (digitação em Braille), regletes e punções (escrita em Braille), bengalas, livros e periódicos em Braille e/ou em formato digital acessível.

Todas as iniciativas institucionais e práticas da UFPB consideram as barreiras ligadas a

⁵ Notícias UFPB. [Disponível](#). Acesso em 5 de out. 2024.

três aspectos desafiadores para o contexto acadêmico: a acessibilidade, as questões pedagógicas e as mudanças atitudinais. Elas reforçam o compromisso das universidades brasileiras, juntamente com o MEC, na busca por uma educação mais inclusiva, e isso corrobora a narrativa de Ely e Ghizi (2006), quando dizem: a heterogeneidade deve ser respeitada, pois, desde que reconhecida e aceita, enriquece e humaniza a comunidade acadêmica.

Já entendemos, portanto, que a educação inclusiva é um direito constitucional e que o direito de participação no ensino superior é garantido à pessoa com deficiência, desde a promulgação da Constituição Federal (1988). Contudo, para que isso aconteça de fato, é necessário que as IES entrem no processo de ressignificação, pois cada aluno é único, dotado de pluralidades que devem ser respeitadas e, portanto, precisam frequentar ambientes preparados.

Diante disso, segundo Fonseca (1995), a escola passa a ter o compromisso de atender a diversidade humana, tendo que se adaptar às necessidades individuais de seus alunos e não mais segregar ou excluir aqueles com dificuldades, porque essa atitude acaba por negar seu papel enquanto instituição social. Na atividade de integrar e incluir os alunos, o convívio com os demais é fundamental para o desenvolvimento socioemocional e psicológico. Incluir é desafiador, mas o resultado é benéfico para ambos os lados.

2.4 As tecnologias assistivas

Diante das constantes mudanças nos cenários sociais, é cada dia mais comum a utilização de ferramentas tecnológicas para favorecer e simplificar as atividades do cotidiano. Um exemplo dessas ferramentas são justamente as Tecnologias Assistivas que, segundo a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, são:

Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (LBI, 2015, p. 2).

As Tecnologias Assistivas tanto promovem ampliação de uma habilidade funcional que está em déficit, quanto possibilitam a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância da deficiência. Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, a Tecnologia Assistiva:

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos,

recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Galvão Filho et al., 2009, p. 26).

A tecnologia assistiva pode ser classificada em dois níveis, a depender da necessidade das PcDs. O primeiro nível é conhecido como baixa tecnologia e se refere aos dispositivos mais fáceis de usar e que não requerem muito tempo de treinamento nem necessitam de energia elétrica. Já o segundo nível é caracterizado pela alta tecnologia, que incorpora uma grande variedade de equipamentos que podem envolver construções ou estruturas internas mais complexas e podem necessitar de um treinamento mais específico.

A lista dessas tecnologias vai de acordo com cada necessidade ou ambiente, e pode ser categorizada como a demonstração no Quadro 1:

Quadro 1 - Divisão das tecnologias assistivas

BAIXA TECNOLOGIA		
Tecnologia Assistiva	Categoria	Indicação
Amplificadores de tela	Visual	Aumento do tamanho do texto e das imagens exibidas na tela.
Leitores de tela	Visual	Acesso a conteúdos digitais.
Sistemas de legendagem e interpretação em tempo real	Auditiva	Fornecimento de transcrições textuais ou interpretações em tempo real.
Teclados alternativos	Motor	Alternativas para teclados padrão.
Dispositivos de controle de mouse alternativos	Motor	Controle alternativo do cursor do mouse.
ALTA TECNOLOGIA		
Tecnologia Assistiva	Categoria	Indicação
Software de reconhecimento óptico de caracteres (OCR)	Visual	Conversão de texto de documentos impressos ou manuscritos em formato digital.
Softwares de transcrição automática de áudio	Auditiva	Convertem automaticamente áudio em texto, facilitando a transcrição de aulas e palestras.
Software de reconhecimento de gestos	Motor	Permite que pessoas com deficiências motoras controlem computadores ou dispositivos móveis por meio de gestos ou movimentos corporais.
Softwares de reconhecimento de voz	Motor / Cognitiva	Facilita a produção de texto.
Softwares de organização e produtividade	Cognitiva	Auxílio na gestão de tarefas e tempo de estudo.
Sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA)	Comunicação	Auxilia pessoas com dificuldades de comunicação a expressar suas ideias por meio de símbolos, imagens ou dispositivos eletrônicos.
Tecnologia tátil e táctil	Tátil	Inclui dispositivos como regletes e punções, que permitem que pessoas com deficiência visual sintam e manipulem objetos e gráficos táteis.

Tecnologia Assistiva	Categoria	Indicação
Sistemas de realidade virtual (VR) e realidade aumentada (AR)	Diversas	Oferecem experiências imersivas de aprendizado que podem ser úteis.
Aplicativos e dispositivos de monitoramento de saúde e bem-estar	Diversas	Ajuda a monitorar e gerenciar sua saúde física e mental, como aplicativos de lembretes de medicação ou dispositivos de monitoramento de estresse.
Inteligência Artificial (IA)	Diversas	Personalização do aprendizado, recomendações adaptativas, assistência virtual, tradução e interpretação automática, entre outros.

Fonte: A autora, baseada no texto A tecnologia a favor da acessibilidade e inclusão (2021).

Tendo em vista a importância desse tema, cabe salientar que esses equipamentos possuem em sua composição o poder de transformar a vida dessas pessoas, proporcionando independência e uma participação ativa na sociedade. A área da tecnologia assistiva deu um salto extraordinário e, hoje, é possível realizar tarefas, seja nas IES ou no trabalho, que seriam completamente inimagináveis a partir da perspectiva de duas décadas atrás, por exemplo. Mas isso não seria possível sem a contribuição dos docentes e demais profissionais da educação no processo. Passamos, então, a essa discussão.

2.5 O papel do docente na inclusão de pessoas com deficiência

Quando falamos em inclusão, estamos nos referindo a um conjunto de estratégias e recursos para garantir o atendimento e aprendizado de todos os alunos, independente de suas deficiências ou necessidades especiais. Assim, o papel do docente na educação inclusiva é imprescindível, pois o profissional é o responsável por direcionar o processo pedagógico, desenvolvendo caminhos para que o aluno adquira o conhecimento necessário. Nesse contexto, o professor tem o papel de auxiliar o estudante com necessidades educacionais especiais para que avance tanto intelectualmente, quanto socialmente. Dessa forma, esse aluno pode superar as expectativas e as barreiras criadas, podendo usufruir de seus direitos.

Além disso, um dos principais objetivos da inclusão no ambiente escolar é que o professor exclua a visão de incapaz das pessoas com necessidades especiais e promova atividades que valorizem o respeito às diferenças e as inteligências múltiplas. Para isso, é necessário o planejamento das aulas de forma que inclua o aluno e uma reestruturação do projeto político pedagógico, que deve contemplar a diversidade da comunidade escolar.

Ao longo do processo pedagógico, é esperado que o professor se depare com diversas dificuldades e desafios. Por isso, será necessário buscar soluções e estratégias para que o aluno possa aprender com os demais. Nesse sentido, para que o professor se sinta preparado e consiga

entender as necessidades de cada aluno, é preciso ir além da formação básica, com especializações de forma constante. Somente assim será possível garantir o desenvolvimento dos alunos e maior respeito às diferenças e as diversidades. O professor, então, tem um papel de destaque nesse processo, sendo um dos principais agentes da inclusão dentro da sala de aula. Cabendo, ainda, no papel de educador, tornar a sala de aula um ambiente mais inclusivo e igualitário.

A educação especial atua como um sistema paralelo à educação inclusiva, ou seja, não é apenas um conjunto de métodos e técnicas especializadas para serem aplicadas na classe regular, mas sim um sistema de suporte permanente e efetivo para que os alunos com deficiência sejam incluídos. Ela deve conter práticas que permeiam as atividades escolares como um todo e não apenas adaptações temporárias.

Ao refletir sobre a universidade pública em uma ótica de formação e de democratização, estamos assumindo uma posição clara contra exclusão enquanto relação social e tomando-a como um direito do cidadão (Chauí, 2004). Pensar em educação inclusiva não é algo para se fazer apenas na presença de aluno com deficiência na turma. É algo para se pensar desde o momento de elaborar as atividades e práticas pedagógicas, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem.

O professor é responsável por guiar e orientar as atividades dos alunos durante o processo de aprendizagem. É ele quem media o processo de aquisição dos saberes. Sendo assim, é essencial ter um planejamento flexível na abordagem do conteúdo, buscando garantir a promoção de múltiplas formas de participação nas atividades. O educador deve observar os tipos de competências dos estudantes e não suas limitações.

Contudo, muitas vezes, quando se depara com um estudante com deficiência, é comum que ele caia no erro de focar em suas limitações, ou seja, baseia suas metodologias e técnicas de ensino usando como referência aquilo que os estudantes não conseguem atender, o que torna a experiência educacional excluída. Portanto, Muller e Glat (1999) revelam que a educação inclusiva só será efetivada se o sistema educacional for renovado, modernizado e abrangendo ações pedagógicas, porque a inclusão é desafiadora e os docentes na universidade devem fazer parte dessa mudança. Os professores deverão ser capazes de encontrar alternativas de ensino e condições favoráveis à participação nas aulas e a aprendizagem.

Um aspecto importante do papel dos docentes no uso de TAs é a criação de ambientes inclusivos, onde todos os alunos, independentemente de suas condições, se sintam acolhidos e possam participar ativamente das atividades escolares. Isso envolve não apenas a adoção de Tecnologias Assistivas, mas também a promoção de uma cultura de inclusão na escola, onde

alunos, professores e equipe escolar vejam a diversidade como um valor positivo.

“Assim, com uma estratégia para melhorar a formação de professores, podemos aumentar sua capacidade de enfrentar a complexidade, incertezas e as injustiças na escola e na sociedade” (Zeichner; Pimenta, 2005, p. 30). Apesar de ser um trabalho que exige tempo e observação, certamente proporcionará um ambiente muito mais inclusivo e um aprendizado mais qualificado para todos os estudantes. Essas práticas poderão levar o discente ao êxito da sua trajetória acadêmica.

2.6 Perspectivas de mercado para as pessoas com deficiência

O mundo está se transformando em velocidade jamais vista. Governos, negócios e a sociedade estão sendo profundamente impactados pela ampliação da desigualdade, rupturas aceleradas, mudanças demográficas e a crescente polarização política. Pensar, portanto, quais são os próximos passos da inclusão, tornou-se fundamental para a reputação moral e social de qualquer organização.

A esse contexto, soma-se a uma acelerada escalada da tecnologia que pode ser inclusiva, mas também exclusiva e um pouco mais além, ela pode ser excludente. A temática da inclusão deve ser pensada a partir da ideia da oferta de um sistema favorável para todos, em equidade de condições e possibilidades, atendendo às necessidades específicas das pessoas com deficiência (Stainback; Stainback, 1999; Sanchez, 2005). Pautas assim se tornam um percalço ainda na graduação, pois, muitas das vezes, a escassez de oportunidades acaba afetando na autoestima da PcD, o que influencia diretamente no seu desempenho acadêmico e profissional.

O Brasil vem avançando na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Mas é nítido que existem muitos aspectos a melhorar, como as Barreiras culturais e a falta de conhecimento sobre inclusão. Segundo o IBGE (2023), apenas 26,6% das pessoas com deficiência encontram espaço no mercado de trabalho. De forma comparativa, o nível de ocupação para o resto da população é de 60,7%. Além disso, cerca de 55% das pessoas com deficiência que trabalham estão em situação de informalidade (IBGE, 2023). O que torna obrigatoriamente uma pauta importante e com urgência de ser discutida.

Apesar disso, vemos que as empresas estão adotando políticas de diversidade e inclusão em seus processos de recrutamento e gestão de talentos. Essas práticas incluem a adaptação de ambientes de trabalho, a promoção de uma cultura inclusiva e a capacitação de gestores para lidar com a diversidade. O setor de serviços e de atendimento ao cliente, por exemplo, tem

oferecido oportunidades, com o aumento do uso de *home office* e tecnologias assistivas, o que facilita a inclusão de pessoas com deficiência em atividades remotas.

Muitos desafios, contudo, ainda são persistentes. A discriminação e o preconceito continuam a ser barreiras significativas para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A contratação de pessoas com deficiência muitas vezes é vista apenas como cumprimento de uma obrigação legal, e não como parte de uma estratégia de valorização da diversidade. Mas, diante da crescente conscientização social e pressão por inclusão, espera-se que as oportunidades para pessoas com deficiência no mercado de trabalho continuem a aumentar. Empresas estão percebendo que a inclusão não é apenas uma questão de responsabilidade social, mas também uma forma de inovar e aumentar a competitividade.

Nesse contexto, por exemplo, temos os conceitos da filosofia *Environmental, Social and Governance* (ESG). Esta filosofia possui um conjunto de práticas a serem adotadas para que as empresas se tornem ambientalmente sustentáveis, melhorem a relação com seus parceiros (colaboradores, clientes e comunidades) e tenham boas práticas de gestão corporativa. O segundo pilar da ESG consiste em reafirmar as práticas de desenvolvimento social que as empresas devem manter com os seus *stakeholders* como: direitos humanos, inclusão e diversidade e relacionamento com a comunidade.

Por isso, assim como ocorre na esfera educacional, no mercado de trabalho também é direito das PcDs que as empresas adotem estratégias para ampliar sua entrada, participação e permanência. A busca pelo acesso igualitário ao trabalho é uma das principais formas de contribuição para a comunidade, além da garantia de igualdade dos direitos fundamentais (Coelho; Ornelas, 2010).

Segundo Brasil (2012, p. 15), “pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades”. Assim, torna-se indispensável a garantia dos direitos desse grupo. A partir das discussões apresentadas neste capítulo, concluímos a seção de referencial teórico e partimos para a discussão do método da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve caráter exploratório e aplicado, a partir de uma abordagem qualitativa. Para isso, foi criado, inicialmente, um roteiro de entrevistas semiestruturadas desenvolvido para identificar o impacto das tecnologias assistivas na formação e inclusão profissional de alunos com deficiências no ensino superior.

3.1 Sujeitos de pesquisa

Inicialmente, foram definidos os sujeitos de pesquisa. Assim, o fenômeno foi avaliado sob a ótica dos alunos com deficiência e os docentes dos cursos de Administração e Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba/Campus III. A escolha por trabalhar apenas com o Campus III foi definida pelo fato de que esse trabalho não objetiva fazer uma comparação das diferentes vivências dos campus da UFPB, mas sim compreender como esse grupo selecionado convive com suas deficiências e necessidades de adaptações. E também em virtude das limitações operacionais existentes para alcançar os demais estudantes de outros Campis.

Para garantir a confidencialidade garantida no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os discentes participantes da pesquisa foram codificados como, E.1, E.2, E.3 e assim por diante. O Quadro 2 apresenta as características dos respondentes:

Quadro 2 - Perfil dos discentes

Ordem	Gênero	Curso	Ingresso	Período	Profissão	Deficiência
E.1	Feminino	Administração	2019	8º	Estagiária	Paralisia cerebral
E.2	Feminino	Pedagogia	2022	4º	Estudante	Visual
E.3	Masculino	Pedagogia	2021	6º	Estudante	Autismo, Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade e Transtorno Obsessivo Compulsivo
E.4	Masculino	Administração	2019	8º	Estudante	Auditiva

Fonte: A autora, 2024.

A partir do Quadro 2, podemos observar um equilíbrio, pois 50% dos participantes foram do sexo feminino e os outros 50% do sexo masculino. Observa-se também que 100% dos entrevistados se identificaram como pertencentes à raça parda. Sobre a faixa etária, podemos dizer que foi bem distribuída, pois 50% dos entrevistados possuem entre 25 e 30 anos de idade. Entre 18 e 24 anos corresponde a 25% dos entrevistados e os outros 25% estão na faixa acima

dos 41 anos de idade. Em relação ao estado civil, prevaleceu o número de solteiros, chegando a 75% dos respondentes, já os 25% restantes, afirmaram serem casados. Entre os cursos analisados, de acordo com a tabela acima, podemos perceber uma uniformidade entre os participantes, no qual foi dividido entre 50% discentes do curso de Administração e 50% do curso de Pedagogia.

Ainda com base no Quadro 2, vemos que 50% dos discentes entrevistados ingressaram no ano de 2019. Já os outros 50% ingressaram nos anos de 2021 e 2022 respectivamente. A distribuição por período foi um momento de reflexão entre os participantes, pois devido a outros fatores em conjunto com as respectivas deficiências, todos se encontram na condição de “desbloqueados” nos seus cursos. Apenas 25% dos entrevistados afirma estar no período correto sem maiores prejuízos. Portanto, a classificação dos períodos mostra que 50% dos discentes estão no 8º período, embora haja pendências nos períodos precedentes. 25% dos discentes acreditam estarem no 6º, pois é o que registra a plataforma do SIGAA e os outros 25% dos respondentes, afirmam não terem pendências nos períodos anteriores e no SIGAA consta o 4º período.

Assim como os alunos, os docentes foram codificados como F.1, F.2, F.3, etc. Para eles também foi traçado o perfil. O Quadro 3 apresenta essas características:

Quadro 3 - Perfil dos docentes

Ordem	Curso	Tempo como professor na UFPB Campus III	Faz uso de alguma tecnologia assistiva no dia a dia como professor(a) na UFPB?
F.1	Administração	6 a 10 anos	Não
F.2	Administração	6 a 10 anos	Não
F.3	Administração	Mais de 15 anos	Sim
F.4	Administração	Mais de 15 anos	Não
F.5	Pedagogia	11 a 15 anos	Não
F.6	Administração	11 a 15 anos	Não
F.7	Administração	1 a 5 anos	Não
F.8	Pedagogia	6 a 10 anos	Não
F.9	Pedagogia	11 a 15 anos	Sim
F.10	Administração	Mais de 15 anos	Não
F.11	Pedagogia	6 a 10 anos	Sim
F.12	Administração	6 a 10 anos	Não
F.13	Administração	6 a 10 anos	Não
F.14	Administração	Mais de 15 anos	Não
F.15	Administração	6 a 10 anos	Sim
F.16	Pedagogia	1 a 5 anos	Não
F.17	Pedagogia	1 a 5 anos	Não

Fonte: A autora, 2024.

A partir do Quadro 3 podemos observar algumas das características dos docentes que participaram da pesquisa. A grande maioria, aproximadamente 65% dos entrevistados, foram docentes do curso de Administração e 35% do curso de Pedagogia. Em relação ao tempo de serviço prestado ao campus de Bananeiras, podemos observar que 24% dos respondentes possuem mais de 15 anos de contribuição como professor, 18% afirmaram ter entre 11 e 15 anos de serviço prestado.

Entre 6 e 10 anos, correspondem ao percentual de 41% e o restante, equivalente a 17%, afirmaram possuir entre 1 e 5 anos. Sobre o uso das tecnologias assistivas ao longo desse tempo, obtivemos a confirmação de 76% dos entrevistados que não utilizam as TAs. No tópico de análise dos dados, traremos as justificativas para isso. No tópico a seguir, mostraremos como ocorreu o procedimento de coleta de dados.

3.2 Procedimento de coleta de dados

Aqui cabe ressaltar que, devido à greve dos professores e técnicos administrativos iniciada em junho de 2024, as atividades no Campus foram suspensas. Logo, foi necessário rever o formato da pesquisa em busca de uma melhor adesão por parte dos respondentes. Inicialmente prevista para acontecer presencialmente, foi definido, então, que a melhor forma seria por meio de aplicação de questionário, criados a partir da plataforma Google Forms e divulgado por e-mail. O caráter da pesquisa, portanto, foi mantido, no entanto o formato foi alterado em razão das circunstâncias ocasionadas pela greve.

Para a construção dos questionários, foi realizada uma análise exploratória dos documentos institucionais oficiais da UFPB e do MEC referentes à inclusão de PcDs e ao uso de tecnologias assistivas. A coleta, então, aconteceu por meio de dois instrumentos com perguntas abertas e fechadas, um voltado aos discentes e outro aos docentes. Ambos foram divididos em seções, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 - Seções do questionário

Questionário dos alunos	Questionário dos professores
(1) Identificação inicial, com 1 pergunta	(1) Percepção dos docentes, com 3 perguntas
(2) Seção para alunos que fazem uso das tecnologias assistivas, contendo 14 perguntas;	(2) Seção: professores que fazem uso das TAs, contendo 11 perguntas
(3) Seção para alunos que não fazem uso das tecnologias assistivas, com 14 perguntas	(3) Seção: professores que não fazem uso das TAs com 9 perguntas
(4) Perfil dos participantes, também com 14 perguntas	

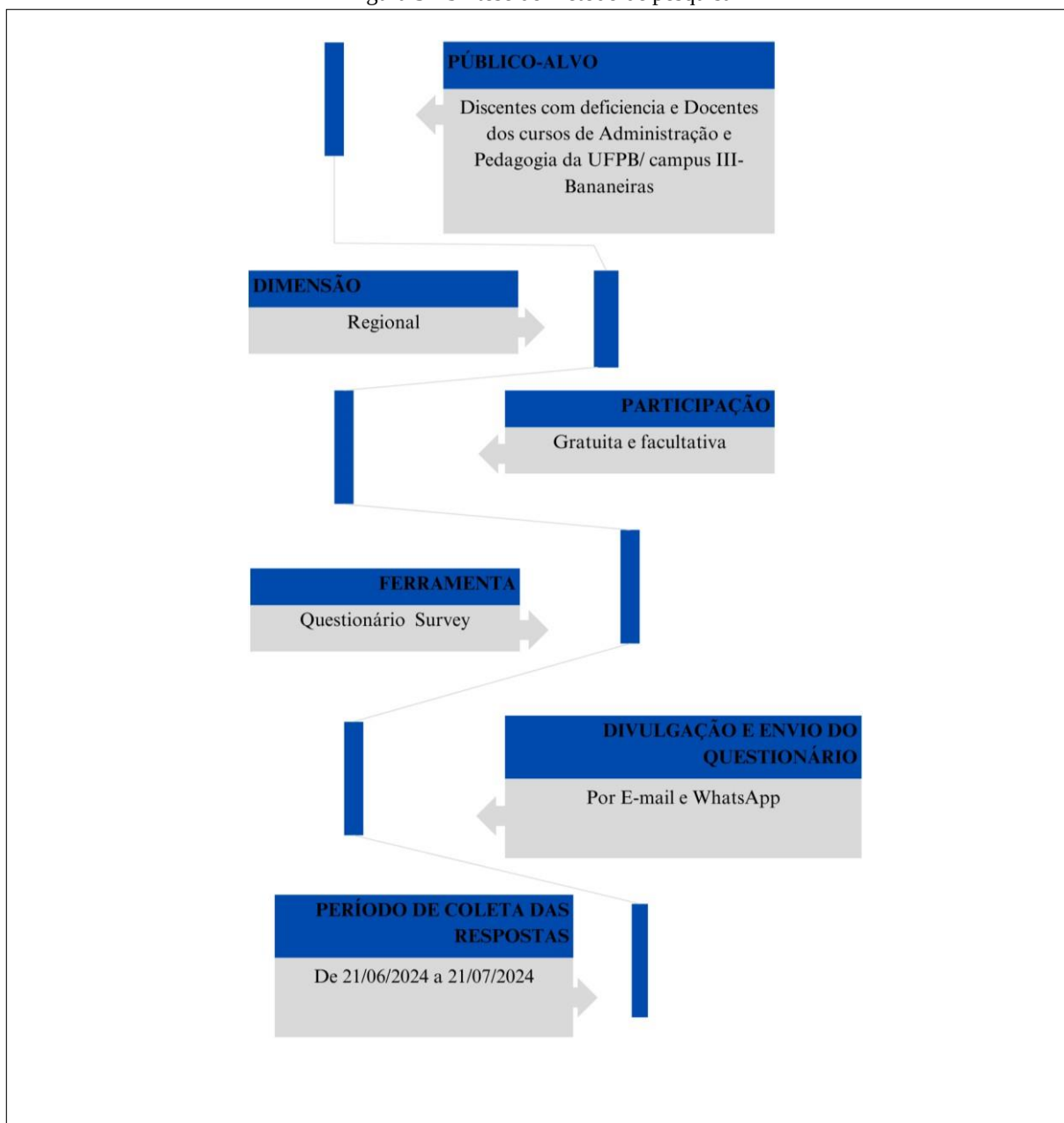
Fonte: A autora, 2024.

Antes de partir para a coleta, cabe salientar que foram aplicados os pré-testes dos instrumentos, que incluíram a participação de 1 docente e 4 discentes, todos do Campus III. Após a aplicação do pré-teste, foi identificada a necessidade de introduzir uma explicação um pouco mais aprofundada sobre as tecnologias assistivas, pois os respondentes não estavam conseguindo entender do que se tratava (isso já foi um *insight* de análise). Diante disso, para se chegar a um resultado mais satisfatório, foi colocada junto ao questionário uma descrição acerca das tecnologias assistivas.

Os questionários de pesquisa foram enviados aos respondentes por e-mail e através da plataforma do Whatsapp. Os dados foram coletados entre os dias 21 de junho de 2024 a 21 de julho do mesmo ano. Conseguimos chegar ao total de 4 respostas, totalizando 100% dos discentes com deficiências disponíveis. Já para os docentes, embora o universo fosse composto por apenas 37 sujeitos, sendo 18 efetivos e 1 substituto no curso de Administração e 18 efetivos no curso de Pedagogia, obtivemos apenas 17 respostas no total, chegando ao percentual amostral de 46% dos docentes disponíveis. É importante ressaltar que, devido às necessidades específicas dos alunos com deficiência, a autora se disponibilizou para auxiliá-los durante o processo de preenchimento do questionário, oferecendo suporte assíncrono.

O procedimento de coleta obedeceu a preservação da privacidade e anonimato dos envolvidos, seguindo as normas éticas da pesquisa acadêmica. Para isso foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que está inserido no apêndice E. Ao final, esse método de pesquisa permitiu uma investigação relevante sobre o impacto das tecnologias assistivas na inclusão profissional de pessoas com deficiência nos cursos de Administração e Pedagogia na UFPB - Campus III/Bananeiras. O resumo do método de pesquisa foi esclarecido na Figura 2:

Figura 5 - Síntese do método de pesquisa



Fonte: A autora (2024).

Na seção a seguir trataremos sobre a análise dos resultados, que foi realizada por meio da análise dos questionários, e de um confronto entre as políticas institucionais e as percepções dos participantes.

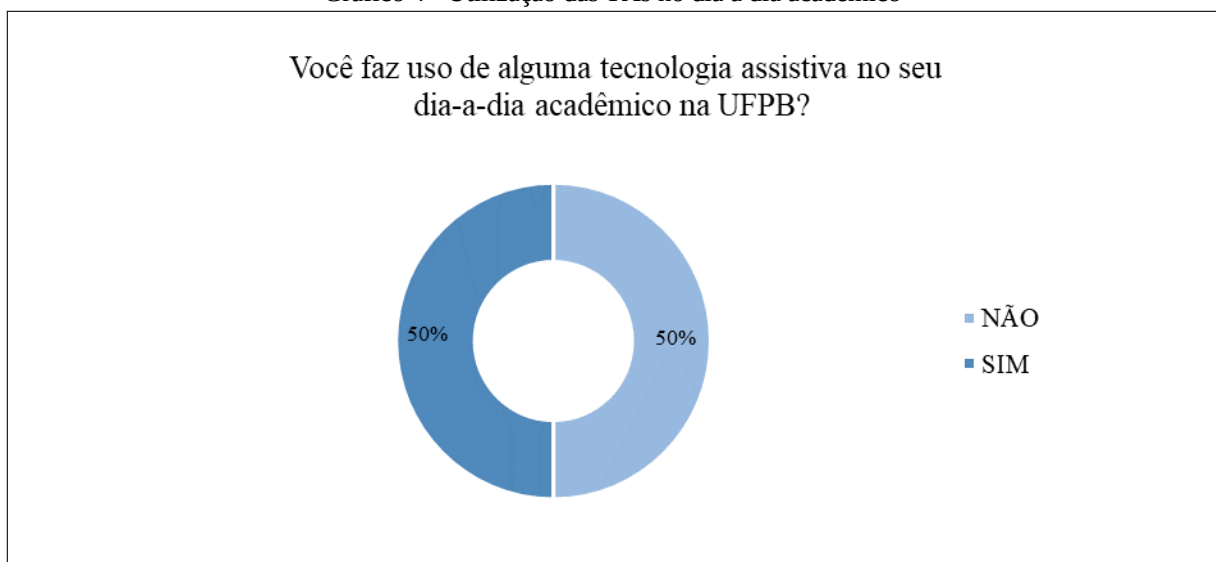
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise dos resultados, buscou-se compreender o quanto as tecnologias assistivas estão inseridas no dia a dia acadêmico e impactam na transição para a vida profissional de universitários portadores de deficiência e de professores universitários da UFPB Campus III. A análise dos conteúdos obtidos, conforme Bardin (2004), é uma técnica de análise das comunicações que permite, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, descrever o conteúdo das mensagens e obter indicadores, quantitativos ou qualitativos, que possibilitam inferir sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens. A análise do material coletado foi feita de maneira estruturada, seguindo às fases definidas por Bardin (2011), sendo: 1)Pré-análise; 2)Exploração do material; e 3)Tratamento dos resultados. Portanto, para um melhor resultado, as análises foram divididas em duas seções, uma voltada aos discentes e a outra aos docentes. Vamos iniciar com as análises dos discentes.

4.1 Percepções dos discentes

Inicialmente, o objetivo foi identificar se os alunos com deficiências utilizavam tecnologias assistivas no dia a dia. Assim, temos os resultados apresentados no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Utilização das TAs no dia a dia acadêmico



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

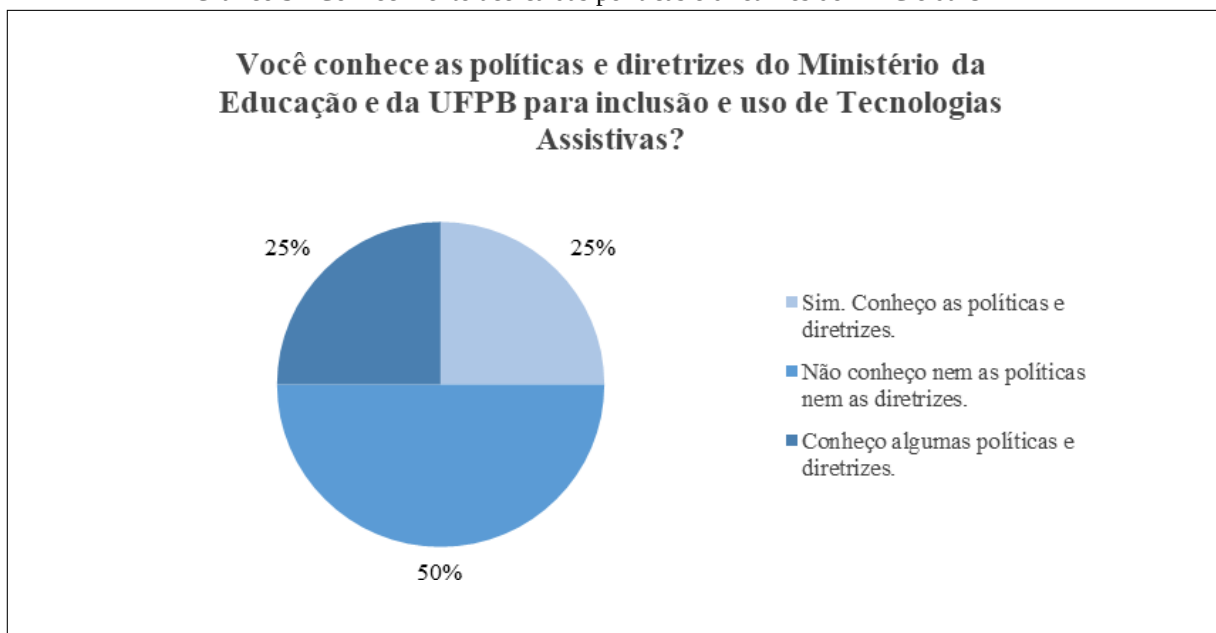
A partir do Gráfico 4, é possível observar que a utilização das tecnologias assistivas ainda não é uma realidade presente na vida de todos os estudantes com deficiência da UFPB

campus III. 50% dos discentes entrevistados afirmaram fazer uso das TAs. Já os outros 50% não faziam uso das TAs até o momento da presente pesquisa.

Dentre as justificativas estão a falta de estrutura oferecida pela UFPB, a falta de conhecimento acerca das TAs disponíveis para auxiliar no contexto em qual o indivíduo está inserido, e o entendimento de não necessitar das TAs, seja ele no âmbito acadêmico ou profissional. O que está explícito nos seguintes relatos: “Por não ter tido oportunidade” (E3.8), e “Não faço uso, porque eu consigo assistir as aulas em sala de aula sem nenhum problema ou dificuldade, e não possuo nenhum transtorno mental ou físico que seja grave e me impossibilite de me enquadrar na sala” (E4.8).

Em seguida, buscamos identificar se os alunos conheciam as políticas e diretrizes do MEC e da UFPB em relação às tecnologias assistivas e inclusão de PcDs, como visto no Gráfico 5:

Gráfico 5 - Conhecimento acerca das políticas e diretrizes do MEC e da UFPB



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir do gráfico, observa-se que mesmo diante da importância que essas iniciativas representam para os PcDs, ainda há uma falha na efetivação da ampla divulgação das ações mencionadas, considerando que apenas 25% dos discentes entrevistados dizem conhecer as políticas e diretrizes propostas pelo MEC e pela UFPB. Cabe salientar que, os que afirmaram conhecer tais documentos, ao serem questionados sobre quais seriam essas políticas e diretrizes, não souberam dizer ao certo do que se tratava. Portanto, podemos entender que há uma dificuldade em tornar essas informações acessíveis para a comunidade acadêmica, o que

dificulta ainda mais a criação de ações que minimizem os impactos culturais ocasionados por essas disparidades.

Dando prosseguimento, em meio aos vários desafios relatados pelos entrevistados, um deles é o fato de terem que se deslocar até a cidade de Bananeiras para a realização do curso, o que torna a jornada acadêmica ainda mais difícil. De acordo com os participantes da pesquisa, apenas 25% residem na cidade sede do curso, os outros 75% moram em cidades circunvizinhas. O meio de deslocamento fica por conta de ônibus (prefeitura, linha particular etc.), carona, mototáxi ou até mesmo a pé, o que acaba interferindo nos horários que eles conseguem participar das aulas.

Atualmente o curso de Pedagogia possui aulas nos três turnos (Manhã, Tarde e Noite), mas apenas 25% dos alunos PcDs conseguem participar de todos e acompanhar o andamento do curso de maneira eficiente. Já o curso de Administração possui aulas em dois turnos (manhã e noite), e nenhum dos alunos conseguem assistir aula pela manhã, pois fica inviável o deslocamento nesse horário. Para os discentes, essas circunstâncias impactam diretamente no tempo de permanência no curso e na participação em outras atividades, como extensão, pesquisa e monitoria.

Ao indagar sobre as políticas e diretrizes de inclusão de pessoas com deficiência implantadas em seus respectivos cursos, os alunos destacaram a ausência de uma ampla implementação, porém relatam haver adaptações, conforme destacado pelo **E1.4:**

“No curso de Administração não vejo muita inclusão de pessoas com algumas deficiências, mas a coordenação e professores se adaptam às atividades”.

Este relato destaca um cenário preocupante, onde as adaptações realizadas pelos docentes, embora sejam um passo positivo, não substituem a necessidade de uma inclusão efetiva e abrangente. Essa situação inviabiliza a narrativa de Coffferri et al. (2020), quando argumentam que a educação deve ser um espaço que desenvolve virtudes humanas, promove a participação cívica e assegura a equidade e a justiça social.

A falta de uma implementação robusta das políticas de inclusão, como evidenciado pelo relato do entrevistado, sugere que as adaptações feitas pelos professores, embora valiosas, não são suficientes para garantir um ambiente educacional que atenda plenamente às necessidades dos alunos com deficiência. Isso indica uma necessidade latente de revisar e fortalecer as diretrizes de inclusão nas instituições de ensino, para que todos os alunos possam realmente se beneficiar de uma educação que promova a equidade e a justiça social.

Adicionalmente, em busca da percepção sobre os principais desafios enfrentados nas atividades extracurriculares, em relação às interações em sala de aula (com professores e colegas de turma), e em relação aos materiais didáticos utilizados, obtivemos os seguintes relatos:

“Os desafios que enfrento estão relacionados ao transporte, falta de compreensão por parte dos professores etc.” (E1.5).

“Os principais desafios que eu enfrento, é a preocupação em entender algum assunto de maneira errada, e não estar avançando no entendimento dos conteúdos das aulas para o meu desenvolvimento estudantil” (E3.5).

“O envolvimento com ambos (docentes e colegas) pois fica difícil a interação quando não consigo fazer a leitura labial” (E1.6).

“Os maiores desafios enfrentados são quando os docentes escrevem a explicação do conteúdo no quadro, e eu não conseguir enxergar o que está escrito” (E2.6).

“Em realizar alguma coisa sem querer, que machuque outra pessoa, como ficar irritado e acabar falando alguma coisa que não deveria, e ficar impaciente com alguém na aula” (E3.6).

“Trabalhos individuais que são para apresentar mais sempre converso com os professores que é melhor para eu fazer trabalhos em equipe, os professores do meu curso são bem flexíveis” (E4.6).

“Na comunicação, pois como tenho dificuldade na fala, eu sinto que às vezes os meus colegas têm receio de fazer trabalho comigo, também sinto que eles têm receio de conversar comigo e os professores têm receio de como lidar com minhas limitações e de como vai fazer as atividades e as provas” (E1.7)

“Quando em vez de facilitar o conteúdo apresentado, dificulta ainda mais” (E2.7)

“Quando falta adaptação dos slides e provas com fontes maiores, para uma boa visualização e compreensão” (E2.8).

Neste momento, ficou evidente a importância que uma estrutura rígida provoca na vida do estudante. A flexibilidade por parte dos professores em permitir trabalhos em grupo, modificar o formato das entregas se mostrou um fator crucial para a obtenção de notas, já que a colaboração em equipe não apenas facilita a aprendizagem, mas promove um ambiente de apoio mútuo. A percepção acerca da comunicação destaca a necessidade de sensibilização entre os colegas e professores sobre as dificuldades enfrentadas por alunos PcDs. A falta de empatia pode levar ao isolamento, dificultando a interação e a participação ativa no ambiente.

Outro fator relatado foi a disponibilização dos materiais didáticos e como a adaptação destes materiais ajudam no dia a dia, garantindo que todos os alunos com deficiência acompanhem o conteúdo de forma eficaz. Ao se sentirem acolhidos e seguros no ambiente universitário, o estudante tende a render mais e a vencer os desafios ali impostos, acarretando assim em uma melhor eficiência e qualidade no processo de ensino-aprendizado.

Dando seguimento, buscamos a percepção sobre e como ocorre o impacto das TA's no desempenho acadêmico, como notas, frequência às aulas. Sobre isso, obtivemos os seguintes relatos:

“Acredito sim, pois sem as tecnologias assistivas, inteligência artificial não teria como apresentar os meus trabalhos por conta da minha dificuldade na minha fala” (E1).

“Sim, sem elas não têm como ter rendimentos e interação plena dos materiais” (E2).
 “Com certeza, não apenas na frequência, mas também na participação em geral” (E2).

As respostas dos discentes indicam que as tecnologias assistivas são fundamentais para o seu desempenho acadêmico. Considerando não apenas a sala de aula, mas o universo escolar em geral, pois a passagem na universidade vai além das salas de aula. Isso destaca também o quanto esses recursos, quando utilizados da maneira correta, trazem de benefícios positivos, permitindo que alunos com dificuldades de comunicação se expressem de forma eficaz, promovendo motivação e autoconfiança. Efeitos que são refletidos no desempenho geral dos discentes, ainda no ambiente universitário ou no mercado profissional mais tarde.

Sequencialmente, ao observamos a percepção dos discentes acerca do desempenho acadêmico em geral, foi importante também observamos a percepção sobre o suporte institucional oferecido pela UFPB, e obtivemos os seguintes relatos:

“Razoável pois não tem quase suporte para alunos com deficiências, os professores e a coordenação adaptam as coisas” (E1.12).

“É indispensável o apoio ofertado pela UFPB, pois o programa do aluno apoiador, permite a permanência do estudante com deficiência na universidade” (E2.12).

“Eu não sei dizer se já foram realizadas iniciativas de promoção de igualdade aos alunos da UFPB, mas espero que sejam concebidas durante esse e os próximos períodos universitários. E que sejam iniciativas de cooperação entre todos os alunos com diálogos e interatividade” (E3.12).

“Eu avalio como bom, o suporte institucional oferece bons apoiadores que ajudam a esclarecer os conteúdos e aumentar a autoestima, mas nem sempre eles conseguem se encontrar ao lado dos apoiados em sala, para acompanhar o entendimento das aulas” (E4.12).

Ao observar as respostas, podemos observar que, embora haja esforço por parte das coordenações e professores, o suporte ainda é insuficiente. Isso remete a uma necessidade de fortalecer as políticas de inclusão existentes, criação de novas iniciativas e mais recursos e treinamentos para atender adequadamente os alunos com deficiência. As adaptações são fundamentais para garantir que alunos com deficiência tenham uma experiência acadêmica mais inclusiva e produtiva.

A seguir, apresentamos uma análise das sugestões feitas pelos discentes sobre as adaptações que consideram essenciais no dia a dia. Veja a seguir:

“Nos trabalhos individuais, em dupla ou em equipe, na hora da apresentação para me ajudar, as provas serem de marcar e os professores me mandam os materiais didáticos pelo Email ou pelo SIGAA” (E1.13).

“Tanto os docentes quanto os estudantes, incluam a tecnologia assistiva a nosso favor. Deste modo, teríamos bons desempenho acadêmico” (E2.13).

“Que as minhas apoiadoras do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, possam se encontrar comigo em momentos de estudos, para eu adquirir uma melhor compreensão” (E3.13).

“Primeiramente os professores deveriam se dedicar mais” (E4.13).

Diante dos relatos, é possível identificar a preferência por trabalhos em equipe que indicam a necessidade de um ambiente mais acolhedor e colaborativo que facilite a aprendizagem. Além do mais, a disponibilização de materiais didáticos através das plataformas digitais é uma prática, que segundo os alunos entrevistados, aumenta a acessibilidade e a preparação deles para as atividades acadêmicas.

Buscamos ainda com a pesquisa, identificar como os alunos com deficiência se sentem em relação ao futuro profissional após a conclusão do curso. No geral, podemos observar que há uma empolgação por parte de uma parte dos entrevistados em seguir a área de acordo com o curso, o que podemos observar nos seguintes relatos.

“Espero conseguir um trabalho na área que eu tenho mais apego que é a área de marketing. Eu estou encantada por essa área da administração” (E1.14).

“É ter oportunidade de atuar na área da Educação” (E2.14).

O que demonstra que, quando os alunos estão alinhados com suas paixões e interesses, suas perspectivas de empregabilidade aumentam. O que sugere que a UFPB deve promover programas que conectem alunos com deficiência a oportunidades de emprego de acordo com o curso de cada um. Pois quando esse fator não é considerado, a tendência é uma desmotivação e incertezas acerca do futuro profissional, o que demonstra os relatos mencionados abaixo. Veja a seguir:

“Não tenho certeza, em me empregar na área pedagógica, pois o curso de Pedagogia não era a minha primeira opção universitária que eu realmente desejava, então fico em dúvida em trabalhar nesse empreendimento, mas pode ser que a minha autoestima aumente até o final do curso” (E3.14).

“Pouca, pois nem toda empresa contrataria um deficiente auditivo” (E4.14).

A incerteza em relação a empregabilidade destaca a necessidade de programas de orientação vocacional e apoio psicológico que ajudem os alunos a explorarem suas opções de carreira, aumentar sua confiança em suas habilidades e ir atrás do que de fato almejam e não se conformar com o que foi possível fazer em decorrência da sua condição física ou mental.

Buscamos também investigar o que os alunos com deficiência acham que falta para uma melhor experiência acadêmica. Obtivemos os seguintes relatos:

“Palestras sobre deficiências nas empresas, chamar mais empresários para ter mais visibilidade para essas pessoas em questão de empregabilidade” (E1.15).

“Abrir oportunidade para nos inserir, quer seja em projeto de extensão, monitoria e PIBID” (E2.15).

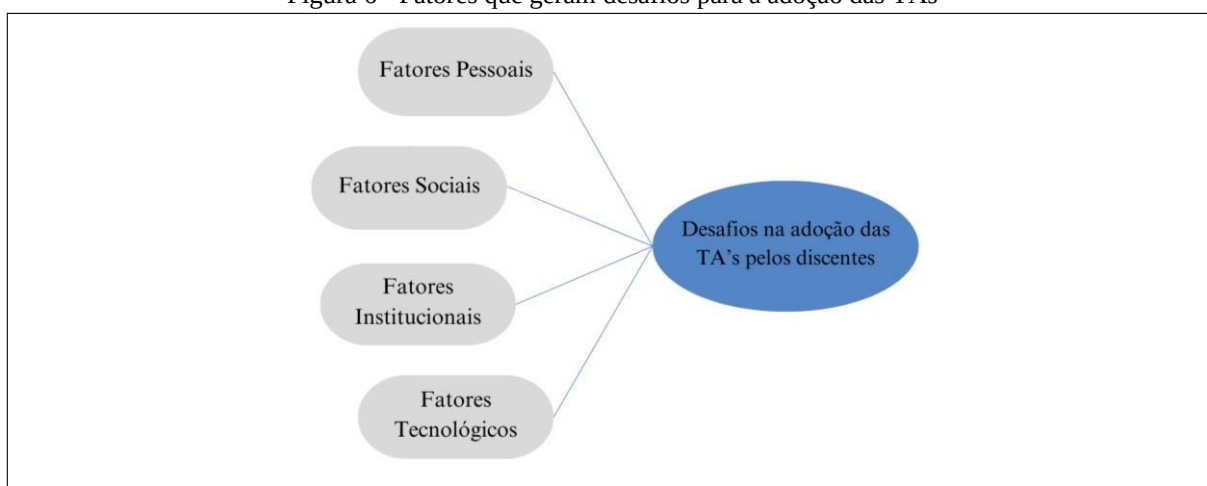
“Acredito que só falta, mais interatividade entre todos os alunos e professores em uma comunicação em que todos entendam e possam fazer uso para uma melhor socialização universitária” (E3.15).

“Conscientizar a sociedade a respeito deste fato tão importante para nós deficientes que têm a chance de trabalhar e ser independentes” (E4.15).

Após os relatos, ficou evidente que falta a criação de oportunidades práticas voltadas para esses alunos. Projetos de extensão, pesquisa e monitoria são fundamentais para a formação e a experiência profissional dos discentes. Essas atividades não apenas ajudam os alunos a desenvolver habilidades práticas, mas também aumentam suas chances de empregabilidade. Assim como a promoção de uma comunicação mais inclusiva e interativa. As sugestões apresentadas pelos alunos refletem a necessidade de ações concretas para melhorar a experiência acadêmica e as perspectivas de empregabilidade dos alunos com deficiência da UFPB campus III.

Ao final, após analisar os questionários dos discentes, foi possível categorizar os principais desafios para a adoção das TAs segundo os respondentes. Essa análise foi representada por um *framework* da Figura 2:

Figura 6 - Fatores que geram desafios para a adoção das TAs



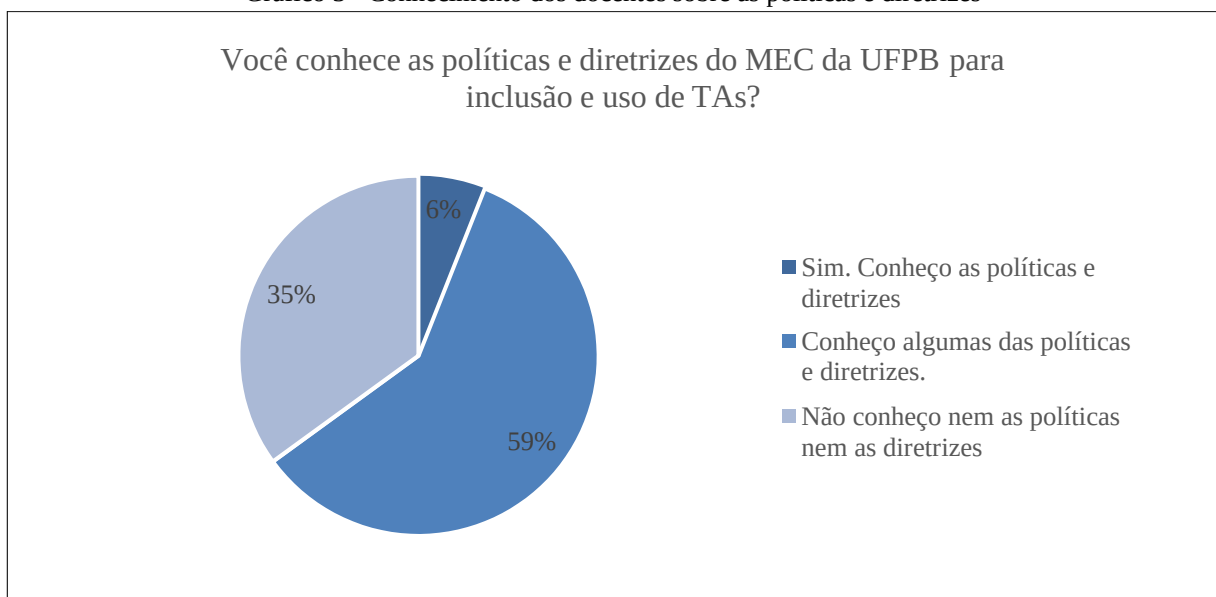
Fonte: Elaboração própria (2024).

A implementação de TAs no ambiente acadêmico é um processo complexo que envolve múltiplos fatores. Para que os discentes possam adotar essas tecnologias de forma eficaz, é fundamental que haja um esforço conjunto entre a instituição, os docentes, os alunos e a comunidade. A superação dos desafios pessoais, institucionais, sociais e tecnológicos é essencial para garantir uma inclusão plena e significativa, promovendo um ambiente acadêmico mais acessível e equitativo para todos os estudantes. A seguir abordaremos os resultados obtidos a partir da pesquisa com os docentes.

4.2 Percepção dos docentes

Nesse momento, o objetivo foi identificar o conhecimento dos docentes acerca das políticas e diretrizes do Ministério da Educação e da UFPB para inclusão e uso de Tecnologias Assistivas. Assim, temos os seguintes resultados apresentados no Gráfico 6:

Gráfico 3 - Conhecimento dos docentes sobre as políticas e diretrizes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme indicado no gráfico acima, apenas 6% dos respondentes afirmaram conhecer as políticas e diretrizes do MEC e da UFPB. Já 59% relataram ter conhecimento apenas de algumas dessas políticas e diretrizes. Em contrapartida, 35% afirmaram não conhecer nem as políticas e nem as diretrizes. Esses números são alarmantes, especialmente considerando a relevância do tema e o contexto em que estão inseridos. É impossível implementar melhorias efetivas sem um entendimento básico sobre as diretrizes que regem a inclusão e o apoio a alunos

com deficiência. O que nos leva a indagar sobre a eficiência das políticas e diretrizes proposta por esses órgãos e sobre a preparação dos docentes do campus III.

Sequencialmente, o objetivo foi identificar quais os tipos de tecnologias utilizadas pelos docentes em sala. Assim, temos os seguintes relatos: “WhatsApp, Tablet, textos eletrônicos” (F1.4); “[...] Imagens e aplicativos” (F2.4); “Moodle com o Vlibras” (F4.4); “Comunicação aumentativa e alternativa e auxílios para pessoas cegas ou com deficiência visual” (F3.4). Os relatos coletados revelam a importância da implementação das tecnologias assistivas nas instituições de ensino de maneira mais efetiva, pois apenas um dos respondentes menciona o uso do Vlibras, por exemplo. Esse tipo de recurso é essencial para garantir que todos os alunos possam participar plenamente do ambiente universitário.

Com as respostas desse grupo, foi visível que as percepções sobre as iniciativas variam entre os docentes. Veja abaixo alguns dos pontos destacados nas respostas:

“Acredito que as iniciativas estão mais evidentes e organizadas hoje, especialmente com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade e com a participação dos apoiadores. Mas ainda é preciso garantir, institucionalmente, os intérpretes de Libras, por exemplo. Além disso, percebo um esforço dos colegas docentes em promover um processo ensino aprendizagem inclusivo.” E1.7

“Não. Só vejo um trabalho efetivo por parte do CIA, mas não do curso.” E2.7

“Sim. A SEAD está com uma proposta de inclusão e acessibilidade, incluindo os neuro divergentes em sua página no seu Instagram, com a parceria com o CIA e o apoio da FUNAD. A SEAD trabalha com mídias inclusivas e acessíveis. E existe a oferta do AVA MOODLE com o VLibras.” E3.7

“Não vejo isso acontecer” E5.7

“Eu desconheço.” E6.7

“Acredito que existe, mas não conheço.” E7.7

Sim, a orientação dada via SIGAA sobre necessidades específicas de alunos PCD.” E8.7

“Me parece que existem iniciativas, porém me parecem iniciativas tímidas que carecem de tentar informar e motivar o corpo docente para o uso de TA.” E9.7

“Acredito que não e se houver não tenho conhecimento.” E10.7

“Sim. Identificando cada necessidade e procurando meios de inclusão mais assertivos, a exemplo do uso da tecnologia assistiva.” E11.7

“Sim. Tornar o ambiente da turma amigável e acolhedor para todos, buscando atender às suas necessidades, sejam por alguma característica que lhes atribua status de público da Educação Especial, sejam por questões pessoais que independem dessas

características. Estimular a participação e o diálogo entre discentes e docentes sem criar barreiras de comunicação ou constrangimentos acerca do que seja abordado.” **E12.7**

“Um dos discentes tinha problema auditivo. Acredito que na sala deveria ter equipamento para externar aquilo que o professor falasse. Equipamento com a legenda.” **E13.7**

“Existe sim. Exemplo: o aluno acompanhante do aluno com deficiência.” **E14.7**

“A educação inclusiva é uma prerrogativa urgente, mas exige uma política de formação docente, que nos auxilie e nos atualize quanto às melhores maneiras de promover oportunidades de aprendizagem a TODOS os discentes. Tenho procurado me esforçar para propiciar aulas dinâmicas e inclusivas aos meus discentes com e sem deficiência, mas acredito que cursos de formação em Libras, bem como conhecimento em Braille, poderiam nos ajudar a promover o melhor para nossos discentes com deficiência.” **E15.7**

“Sim. Fui movida a ajustar a minha prática depois de terem se matriculado dois estudantes atípicos, um com autismo e um com baixa visão. Então o comitê de inclusão me passou algumas orientações para implementar nas minhas aulas. Mas sinto falta de uma discussão mais ampla sobre o tema no campus, inclusive com reflexões sobre as tecnologias assistivas.” **E16.7**

“Sim, acredito. O próprio uso das tecnologias assistivas é uma iniciativa para promover a igualdade.” **E17.7**

Alguns docentes relataram que, apesar de existirem algumas iniciativas, elas são tímidas e limitadas. Há uma percepção que a comunicação e a motivação do corpo docente para o uso das TAs ainda precisam ser melhoradas. Essas respostas refletem um panorama misto, onde há reconhecimento de iniciativas em andamento, mas também uma visível necessidade de mais ações efetivas de formação para garantir a inclusão plena de todos os alunos.

Os relatos coletados durante as entrevistas sobre as barreiras enfrentadas pelos docentes na inclusão das TAs demonstram os desafios, do mais básico ao mais avançado segundo a percepção dos docentes. Veja a seguir:

“Acesso à Internet” **E1.8**

“Acredito que conhecimento das ferramentas, o que exige uma maior formação, como também, a melhoria da internet no Campus.” **E2.8**

“Faltam materiais caso tenhamos estudantes com outros tipos de deficiências ou transtornos. Mas por enquanto não precisei.” **E3.8**

“Não vejo barreiras. Quando preciso de ajuda, procuro o CIA e, até hoje, sou bem atendida. Inclusive a PROGEP está disponibilizando cursos.” **E4.8**

Os docentes mencionam questões sobre a infraestrutura oferecida pela UFPB, o que destaca que a qualidade de uma internet estável é fundamental no uso eficaz dessas tecnologias.

Sem esse recurso o ambiente se mostra ineficaz, limitando as interações nas atividades acadêmicas.

As percepções dos professores sobre a preparação para o uso de Tecnologias Assistivas na sala de aula revelam uma diversidade de opiniões e experiências. Veja a seguir, os principais pontos destacados nas respostas:

“Acredito que temos uma carência nesse sentido. Mas ao mesmo tempo vejo que os passos estão sendo dados. O Comitê organizou o II encontro de Inclusão aqui no Campus, já promoveu encontros e reuniões com os apoiadores e tenho acompanhado o interesse em promover oficinas para uma maior socialização das Tecnologias Assistivas. Acredito que a aprovação do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, aprovado pelo Edital da Capes e que terá início até setembro, será um ganho enorme para o Centro, mas para toda a região, já que o Currículo do Curso é totalmente voltado para Inclusão e as Tecnologias Assistivas estão previstas.” **E1.9**

“Sem preparação. Só conhecem sobre o tema professores das áreas vinculadas à educação especial inclusiva.” **E2.9**

“Acredito que o início foi dado com o mapeamento de alunos e servidores com alguma deficiência. A PROGEP já iniciou a oferta de Cursos sobre... A pergunta é: Será que os Professores sentem a necessidade? E os cursos ofertados pelo Governo, quantos fazem, quantos se capacitam?” **E3.9**

“Não estão sendo preparados” **E4.9**

“Não tenho conhecimento sobre esse tipo de iniciativa na instituição.” **E5.9**

“Não há iniciativas.” **E7.9**

“Não me considero apto para responder essa pergunta.” **E8.9**

“Acredito que não estamos preparados.” **E9.9**

“Se houver alguma preparação tem sido individual, ainda não conheço nenhuma mobilização para tal preparação.” **E10.9**

“Não estão sendo.” **E11.9**

“Que eu saiba não existe essa preparação.” **E15.9**

“Eu acredito que mesmo com o esforço do CIA local, ainda há uma ausência de uma formação mais adequada aos professores do Campus. Mesmo com um olhar sensível para essas questões, a falta de uma formação adequada, bem como de recursos e infraestrutura eficiente, se transformam em uma grande barreira para colocar as tecnologias assistivas em prática. Através do comitê de inclusão algumas sugestões são oferecidas. Mas penso que poderíamos incluir e ampliar as reflexões teóricas e práticas sobre esse tema nos nossos planejamentos formativos.” **E16.9**

“Se os professores estão sendo preparados para uso das Tecnologias Assistivas, acredito que seja algo muito discreto, e, particularmente, desconheço.” **E17.9**

Diante dos relatos, é possível notar um consenso entre vários professores de que a preparação para o uso de Tecnologias Assistivas é insuficiente. Muitos afirmaram que apenas os docentes das áreas de educação especial estão familiarizados com o tema, enquanto outros não têm conhecimento de iniciativas ou cursos oferecidos pela instituição. A falta de mobilização e de uma formação mais estruturada é uma preocupação recorrente e é vista como uma barreira significativa para a implementação eficaz dessas tecnologias no campus III.

Dando seguimentos, captamos relatos sobre os benefícios percebidos pelos docentes em relação ao uso das tecnologias assistivas incluem:

“Melhor inclusão.” **E1.13**

“O maior interesse dos estudantes, a aula se tornou mais dinâmica e interativa.” **E2.13**

“Melhoria na comunicação.” **E4.13**

Segundo os relatos, as aulas se tornaram mais dinâmicas e interativas, o que resulta em um maior interesse por parte dos alunos. Isso sugere que as tecnologias assistivas não apenas facilitam o aprendizado, mas também tornam o ambiente de ensino mais envolvente

Em seguida, para melhorar a experiência dos alunos com deficiência na UFPB e aumentar suas chances de empregabilidade, os docentes apontam várias ações que necessitam de atenção:

“Falta uma maior formação docente; investir em equipamentos que facilitem a aprendizagem; contratar de forma efetiva os intérpretes de Libras; Ampliar a acessibilidade; aumentar o número de alunos apoiadores; Primeiro, formação de professores e servidores. Depois investir em tecnologia. A tecnologia sozinha sem a compreensão é inútil.” **E1.14**

“Oferta do Programa de Capacitação já mencionado, ampliação de estágios e alguns específicos para PCDs após o mapeamento das PCDs na UFPB, avaliações e disponibilidade de recursos inclusivos para a comunidade.” **E2.14**

“Políticas de inclusão.” **E3.14**

“Adaptar-se à legislação e treinar os servidores para o uso de tecnologias que melhorem o aprendizado de todos os discentes.” **E4.14**

“Melhor acolhimento, melhor oferta de estrutura de ensino e aprendizagem.” **E5.14**

“A inclusão ampla dessas pessoas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.”
E10.14

“Conscientização e orientação de todos na universidade” **E12.14**

“Um primeiro passo seria a identificação prévia dos alunos e das suas deficiências, pois muitas vezes recebemos os alunos (as) em sala, sem nenhuma informação prévia sobre sua deficiência e necessidades para que eles possam desenvolver de uma forma mais plena o processo educativo. Outro elemento que compreendo que seria de grande contribuição é uma formação adequada do professor, para que sua interação didática se dê de forma efetiva.” **E15.14**

“A inclusão de maneira mais profícua das tecnologias assistivas é o primeiro passo. Depois é importante envolvê-los mais nos projetos de ensino, extensão e pesquisa, pois isso abre um leque de possibilidades.” **E16.14**

“Capacitar todos os colaboradores para melhor acolhimento e tratamento das pessoas com deficiência; adaptar os espaços da Instituição; disponibilizar os instrumentos necessários para os docentes; investir em workshops com profissionais habilitados para aumentar a conscientização de docentes, alunos e empresas.” **E17.14**

Tais sugestões refletem uma visão abrangente sobre como a UFPB pode avançar na inclusão de alunos com deficiência, promovendo um ambiente acadêmico mais acessível e propício ao desenvolvimento profissional. Essas ações, quando implementadas de forma integrada, desenvolvem um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível, aumentando as chances de oportunidades e sucesso profissional aos alunos com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste tópico, são apresentadas as conclusões para o estudo proposto, que se dividem em: Considerações finais (respostas aos objetivos gerais e específicos); sugestões para a UFPB; limitações da pesquisa; e sugestões para futuros estudos. O presente trabalho teve como objetivo principal identificar o impacto das tecnologias assistivas na formação e inclusão profissional dos alunos com deficiências dos cursos de Administração e Pedagogia no Campus III da Universidade Federal da Paraíba. Os objetivos específicos foram (a) apresentar as políticas e diretrizes do Ministério da Educação e internas da UFPB para inclusão e uso das tecnologias assistivas em seus Campis; (b) investigar a percepção dos estudantes e docentes com deficiência dos cursos de Administração e Pedagogia quanto ao uso de TAs no contexto acadêmico e profissional; e (c) sugerir ações estratégicas à UFPB, a partir dos *insights* obtidos pela pesquisa, para melhorar a experiência do aluno com deficiência no ensino superior e aumentar suas chances de empregabilidade.

Para ilustrar de forma clara e organizada os resultados obtidos, apresentamos a seguir o Quadro 5 que relaciona os objetivos específicos da pesquisa com os resultados alcançados.

Quadro 6 - Relação Objetivos específicos vs. principais conclusões

Objetivo	Principais conclusões:
(a)	A análise das políticas e diretrizes revela um compromisso da UFPB e do MEC com a inclusão e a acessibilidade. No entanto, a efetividade dessas políticas depende da sua implementação prática e da conscientização de toda a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão. A UFPB deve continuar a monitorar e avaliar a eficácia dessas iniciativas, promovendo um ambiente educacional que não apenas atenda às exigências legais, mas que também valorize a diversidade e promova a equidade para todos os alunos. A integração de tecnologias assistivas e a formação contínua de docentes são passos fundamentais para garantir que as políticas de inclusão se traduzam em melhorias reais na experiência acadêmica dos alunos com deficiência.
(b)	A análise dessas respostas evidencia uma dualidade na experiência dos alunos com deficiência na UFPB. Por um lado, há desafios significativos relacionados à falta de adaptações nos materiais didáticos, que podem comprometer a igualdade de oportunidades de aprendizagem. Por outro lado, a utilização de plataformas digitais para a disponibilização de materiais é um passo positivo que pode ser ampliado. Esses resultados sugerem que, para promover uma verdadeira igualdade de oportunidades, é fundamental que a UFPB implemente políticas mais robustas de adaptação de materiais e capacitação dos docentes. A formação contínua dos professores sobre as necessidades dos alunos com deficiência e a importância de adaptações nos conteúdos são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso equitativo à educação e possam participar plenamente do ambiente acadêmico.

Objetivo	Principais conclusões:
(b)	A análise dos depoimentos revela que as tecnologias assistivas desempenham um papel significativo na inclusão e no desempenho acadêmico de estudantes com deficiência, mas sua eficácia pode variar de acordo com as necessidades individuais. Para alguns, essas ferramentas são essenciais para a comunicação e a igualdade de oportunidades, enquanto outros podem não sentir a necessidade de utilizá-las devido à sua capacidade de acompanhar o conteúdo sem dificuldades. É fundamental que as instituições de ensino reconheçam essa diversidade de experiências e necessidades. A formação de docentes e a disponibilização de recursos adequados são essenciais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias, possam ter acesso a um ambiente de aprendizagem inclusivo e que favoreça seu desenvolvimento acadêmico. Além disso, a promoção de um ambiente seguro e acolhedor é crucial para que todos os alunos se sintam confiantes e motivados a participar ativamente de suas experiências educacionais.
(b)	A análise dos depoimentos revela que, embora existam esforços significativos para promover a inclusão de alunos com deficiência na UFPB, ainda há desafios a serem enfrentados. Pois, embora haja adaptações feitas pela coordenação e pelos professores, a falta de uma abordagem sistemática e abrangente para a inclusão pode limitar a participação efetiva de alunos com deficiência. Sendo que a eficácia dessas adaptações pode variar, e é crucial que sejam implementadas de maneira consistente e planejada. Isso pode incluir recursos, formação específica para docentes e uma infraestrutura que atenda às necessidades de todos os alunos. Além do mais projetos de extensão e monitoria são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e para a construção de redes de contato que podem facilitar a inserção no mercado de trabalho. A necessidade de uma comunicação que “todos entendam e possam fazer uso” é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, possam participar plenamente das atividades sociais. A conscientização é essencial para quebrar estigmas e promover a inclusão no mercado de trabalho.
(c)	As recomendações estratégicas para a UFPB incluem: • formação contínua de professores; • criação de programas de capacitação, melhorias na infraestrutura e na acessibilidade; • promoção de oportunidades de estágio para alunos com deficiência, visando não apenas a inclusão no ambiente acadêmico, mas também a preparação para o mercado de trabalho.

Após a análise dos dados, pode-se concluir que cada item destaca as conquistas e os desafios enfrentados, fornecendo uma visão abrangente das contribuições das tecnologias assistivas no contexto educacional da UFPB. Esses achados servirão como base para futuras recomendações e ações estratégicas voltadas à melhoria contínua da inclusão e acessibilidade na instituição. A satisfação dos alunos com deficiência em relação à experiência acadêmica é influenciada por fatores como suporte institucional e adaptações razoáveis.

5.1 Sugestões para a UFPB

A UFPB deve considerar a implementação de programas de formação continuada para docentes, visando à adoção de novas metodologias de ensino que integrem tecnologias assistivas. Além disso, é fundamental promover campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão e da diversidade no ambiente acadêmico. A universidade também deve investir na melhoria do acesso a materiais didáticos adaptados e na criação de um ambiente

mais colaborativo entre alunos com e sem deficiência, promovendo a troca de experiências e a construção de um espaço inclusivo.

5.2 Limitações da Pesquisa

Durante a realização deste trabalho, algumas limitações foram identificadas. A primeira diz respeito aos docentes, embora o quadro fosse composto por apenas 37 professores nos dois cursos, obtivemos somente 17 respostas, demonstrando a baixa adesão desse grupo à pesquisa. Além disso, a pesquisa foi impactada por fatores externos, como a greve nas instituições de ensino superior, que dificultou o acesso a alguns participantes. Embora a metodologia utilizada tenha sido adequada, ela poderia ser aprimorada se as entrevistas realmente tivessem ocorrido de maneira presencial.

5.3 Sugestões para Futuros Estudos

Para contribuir com o aprofundamento desta linha de pesquisa, sugere-se que futuros estudos explorem a experiência de alunos com deficiência em outros campi da UFPB ou em diferentes instituições de ensino superior. Além disso, a investigação sobre a eficácia de programas de formação para docentes e a implementação de tecnologias assistivas em sala de aula pode oferecer reflexões valiosas a quem está inserido nessa realidade. Por fim, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem o desempenho acadêmico e a inclusão profissional de estudantes com deficiência ao longo do tempo, permitindo uma análise mais abrangente dos impactos das tecnologias assistivas.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030**. 2018. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/acompanhe>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BAHIA, Melissa Santos; SCHOMMER, Paula Chies. **Inserção profissional de pessoas com deficiência nas empresas: responsabilidades, práticas e caminhos**. *Organizações & Sociedade*, v. 17, n. 54, p. 439–461, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, MEC. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. *Inclusão: revista da educação especial*, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2005.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, com base na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Vlibras.gov.br**. Brasília. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/vlibras.suite>>. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, jan. 2008.

BRASIL. **Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas**. Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009. 138 p.

CORRENT, Nikolas. **Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções**. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVI, n. 000089, 2016.

DA SILVA, Alexandre Antonio Bruno; LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha. **O caminho da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: onde estamos?**. *Revista Opinião Jurídica* (Fortaleza), v. 14, n. 18, p. 13-43, 2016.

DA SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, n. 4, p. 138, 2005.

DE OLIVEIRA MARTINS, Sandra Eli Sartoreto et al. n. 18-**INCLUSÃO DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai**. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 11, 2017.

DUARTE, M.P. et al. **Orientações Sobre as Pessoas com Deficiência Física: Estratégias de Inclusão. Comitê de Inclusão e Acessibilidade**. UFPB, 2015.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **Estratégias de trabalho para alunos com Deficiência intelectual AEE**. *AEE, Atendimento Educacional Especializado*, v. 10, 2002. Acesso em: 12 mai. 2024.

FRANÇA, Tiago Henrique. **Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social**. *Lutas Sociais*, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata**. *Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade*, v. 1, p. 207-235, 2009.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

PEREIRA, P.S. **Deficiência Intelectual no Ensino Superior. Comitê de Ética e Inclusão-CIA, UFPB, João Pessoa, PB, 2015**. Acesso em: 14/02/2024. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/deficiencia-intelectual-no-ensino-superior.pdf/view>.

PIOVESAN, Flávia. **Hierarquia dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF**. *RIHJ-Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, v. 1, n. 6, p. 1-20, 2008.

SANTANA, Maria Zélia de. **Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. 2016.

SARTORETTO, M.L.; BERSCH, R. **Assistiva – Tecnologia e Educação**. Acesso em: 17/06/2024. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>.

SCHMIDT, Andréia; ANGONESE, Larissa Schikovski. O adulto com deficiência intelectual: Concepção de deficiência e trajetória escolar. In: **Anais do IX Congresso Nacional de Educação– EDUCERE/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia: Políticas e práticas educativas: Desafios da aprendizagem, Paraná, Brasil**. 2009. p. 4293-4303.

SOUZA, Andressa Sullamyta Pessoa de et al. **A influência do planejamento estratégico como ferramenta motivacional na Escola Brasileira de Ensino Jurídico na Internet**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2313>>. Acesso em: 7 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Comitê de Inclusão e Acessibilidade-CIA**. Edital 02/2016 - Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência. João Pessoa-PB, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **CIA EM NÚMEROS 2023**. Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência. João Pessoa-PB, 2024.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário- Perfil socioeconômico dos discentes

Gênero

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer
- Outro

Cor, raça/etnia

- Branco/a
- Preto/a quilombola (Vive em comunidades quilombolas)
- Preto não quilombola
- Pardo
- Amarelo
- Indígena aldeado (Vive em aldeia)
- Indígena não aldeado (Não vive em aldeia)

Idade

- Entre 18-24 anos de idade
- Entre 25-30 anos de idade
- Entre 31 e 40 anos de idade
- 41 anos de idade ou mais

Estado Civil

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- União estável
- Outro

Qual o seu curso?

- Administração
- Pedagogia

Está cursando qual período?

- 1º período
- 2º período
- 3º período
- 4º período
- 5º período
- 6º período
- 7º período
- 8º período

- 9º período
- 10º período
- 11º período
- 12º período
- 13º período
- 14º período
- Outro

Em quais horários você tem aula? Marque todas as opções que se aplicam:

- Manhã
- Tarde
- Noite

Você reside na mesma cidade onde funciona o seu curso?

- Sim
- Não

Como você usualmente se desloca no trajeto da sua casa até a UFPB? Marque todas as opções que se aplicam:

- Ônibus (prefeitura, linha particular, etc.)
- Carro próprio
- A pé
- Carona
- Moto táxi
- Transporte alternativo
- Outro:

Renda Mensal Familiar:

- Menos de R\$ 1.000,00
- R\$ 1.000,00 – R\$ 2.000,00
- R\$ 2.001,00 – R\$ 5.000,00
- R\$ 5.001,00 – R\$ 10.000,00
- Mais de R\$ 10.000,00

Atualmente, você exerce algum trabalho? Marque todas as opções que se aplicam:

- CLT
- Estágio
- Voluntário
- Autônomo
- MEI
- Empresário
- Funcionário público
- Outro:

Qual a sua deficiência?

Qual(is) fator(es) mais tem contribuído para a sua permanência no curso?

- Eu me identifico com o curso
- Pretensões acadêmicas e profissionais
- Apoio da minha família
- Ambiente acadêmico (Infraestrutura, motivação dos professores, rede de apoio de colegas de curso etc.)
- Auxílios estudantis através de bolsas ou serviços (Residência, RU e demais auxílios da PRAPE etc.)
- Outro:

Apêndice B - Modelo do roteiro de entrevista aplicado aos discentes que utilizam as TA's

Você conhece as políticas e diretrizes do Ministério da Educação e da UFPB para inclusão e uso de Tecnologias Assistivas?

- Sim. Conheço as políticas e diretrizes.
- Não conheço nem as políticas nem as diretrizes.
- Conheço algumas políticas e diretrizes.

Você acha que o seu curso tem políticas e diretrizes de inclusão de pessoas com deficiência implantadas? Comente.

Você acredita que existem iniciativas para promover a igualdade nas oportunidades de aprendizagem entre alunos com e sem deficiências no seu curso? Pode citar algumas?

No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às atividades extra curriculares?

No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às interações em sala de aula (com professores e colegas de turma)?

No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação aos materiais didáticos utilizados?

Você acredita que as Tecnologias Assistivas impactam em seu desempenho acadêmico e suas notas? Como?

Você acredita que as Tecnologias Assistivas impactam na sua frequência às aulas? Como?

Você percebe alguma diferença entre o seu desempenho acadêmico em comparação a outros estudantes com deficiência que não usam Tecnologias Assistivas?

Como você avalia o suporte institucional oferecido pela UFPB para estudantes com deficiências no seu curso?

Quais adaptações razoáveis você considera essenciais para melhorar sua experiência acadêmica?

Quais são suas perspectivas em relação à empregabilidade após a conclusão do curso?

Com base em sua experiência e nas respostas anteriores, o que você acha que falta para a UFPB melhorar a experiência dos alunos com deficiência e aumentar suas chances de empregabilidade?

Apêndice C - Modelo do roteiro de entrevista aplicado aos discentes que não utilizam as TA's

Você conhece as políticas e diretrizes do Ministério da Educação e da UFPB para inclusão e uso de Tecnologias Assistivas?

- Sim. Conheço as políticas e diretrizes.
- Não conheço nem as políticas nem as diretrizes.
- Conheço algumas políticas e diretrizes.

Você acha que o seu curso tem políticas e diretrizes de inclusão de pessoas com deficiência implantadas? Comente.

Você acredita que existem iniciativas para promover a igualdade nas oportunidades de aprendizagem entre alunos com e sem deficiências no seu curso? Pode citar algumas?

No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às atividades extra curriculares?

No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às interações em sala de aula (com professores e colegas de turma)?

No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação aos materiais didáticos utilizados?

Por que você não faz uso de tecnologias assistivas no seu dia a dia acadêmico?

Você acredita que as Tecnologias Assistivas poderiam impactar em seu desempenho acadêmico e suas notas? Como?

Você acredita que as Tecnologias Assistivas poderiam impactar na sua frequência às aulas? Como?

Você percebe alguma diferença entre o seu desempenho acadêmico em comparação a outros estudantes com deficiência que usam Tecnologias Assistivas?

Como você avalia o suporte institucional oferecido pela UFPB para estudantes com deficiências no seu curso?

Quais adaptações razoáveis você considera essenciais para melhorar sua experiência acadêmica?

Quais são suas perspectivas em relação à empregabilidade após a conclusão do curso?

Com base em sua experiência e nas respostas anteriores, o que você acha que falta para a UFPB melhorar a experiência dos alunos com deficiência e aumentar suas chances de empregabilidade?

Apêndice D - Modelo do roteiro de entrevista aplicado aos docentes

Qual curso você é professor na UFPB- Campus III?

- Administração
- Pedagogia
- Nos dois

Há quantos anos você atua como docente na UFPB- Campus III?

Qual é a sua percepção sobre a importância das Tecnologias Assistivas para a inclusão de alunos com deficiência no ambiente universitário?

Quais desafios você identifica no uso efetivo de Tecnologias Assistivas para promover a inclusão de alunos com deficiência?

Como você avalia o suporte institucional oferecido para a implementação de Tecnologias Assistivas na UFPB- Campus III?

Em sua opinião, de que forma as Tecnologias Assistivas podem contribuir para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência?

Como os professores da UFPB-Campus III estão sendo preparados para utilizar Tecnologias Assistivas na sala de aula?

Quais são as principais barreiras que você, enquanto docente da UFPB-Campus III, enfrenta ao incluir as tecnologias assistivas em suas práticas pedagógicas?

Você acredita que a UFPB possui infraestrutura adequada para suportar o uso eficaz de tecnologias assistivas? Comente sobre

Como você percebe a receptividade dos alunos em relação ao uso de tecnologias assistivas em suas atividades acadêmicas?

Quais estratégias você considera eficazes para promover a conscientização sobre a importância das tecnologias assistivas entre os docentes e alunos?

Em sua experiência, quais benefícios o uso das tecnologias assistivas trouxeram para a diversidade e inclusão no ambiente universitário nos últimos anos?

Apêndice E - Modelo TCLE questionário discentes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Caro(a) estudante,

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa intitulada: **A CONTRIBUIÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO DESEMPENHO ACADÊMICO E NA INCLUSÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E PEDAGOGIA**. Um estudo na Universidade Federal da Paraíba - Campus III/Bananeiras, desenvolvida por BRUNA BEATRIZ ALVES SILVA, aluna do curso de Administração da Universidade Federal do Paraíba – UFPB/Campus III, na cidade de Bananeiras - PB sob a orientação do Prof. Dr. JOSE MANCINELLI LEDO DO NASCIMENTO.

A pesquisa tem como objetivo principal compreender como as Tecnologias Assistivas contribuem no desempenho acadêmico e profissional dos estudantes com deficiência nos cursos de Administração e Pedagogia do Campus III da UFPB. O termo Tecnologia Assistiva refere-se ao conjunto de recursos e serviços que visam ampliar a habilidade funcional, promovendo a autonomia e a inclusão das pessoas com deficiência (Bersch & Tonolli, 2006). Segundo esses autores, qualquer produto ou estratégia que auxilie um indivíduo com limitações em uma atividade ocupacional específica pode ser considerado como Tecnologia Assistiva.

A sua participação nesta pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras se não concordar com isso. Nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver desistir dele a qualquer momento, nenhum prejuízo lhe será atribuído. É importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder às questões que lhe serão apresentadas.

Os benefícios obtidos com este trabalho contribuirão para o desenvolvimento da pesquisa científica. Enfatizamos que as questões serão trabalhadas de maneira global e não haverá sua identificação quando da discussão dos resultados.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos, ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participantes.

Se você tiver qualquer dúvida ou preocupação, sinta-se à vontade para entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail brunabeapi17@gmail.com ou com a professora orientadora pelo e-mail jm-ledo@uol.com.br. Ambas estarão à disposição para demais esclarecimentos que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

Desde já agradeço a sua contribuição e tempo!

Bruna Beatriz.

APÊNDICE F - Justificativa e objetivo das questões do roteiro para os discentes que utilizam as tecnologias assistivas

QUESTÃO 2	
Qual(is) tipo(s) de tecnologia assistiva você costuma utilizar para estudar e/ou trabalhar? Poderia dar exemplos de como as utiliza?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Conhecer as ferramentas específicas utilizadas pelos alunos ajuda a entender sua eficácia e a necessidade de mais recursos ou treinamentos.	Detalhar quais tecnologias assistivas são utilizadas e como elas são aplicadas nas atividades acadêmicas e profissionais.
QUESTÃO 3	
Você conhece as políticas e diretrizes do Ministério da Educação e da UFPB para inclusão e uso de Tecnologias Assistivas?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
O conhecimento sobre essas políticas é crucial para que os alunos possam reivindicar seus direitos e acessar os recursos disponíveis.	Avaliar o conhecimento dos alunos sobre as políticas de inclusão e uso de tecnologias assistivas.
QUESTÃO 4	
Você acha que o seu curso tem políticas e diretrizes de inclusão de pessoas com deficiência implantadas? Comente.	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Essa percepção pode indicar a eficácia das políticas existentes e a necessidade de melhorias.	Obter a percepção dos alunos sobre a implementação de políticas de inclusão em seus cursos.
QUESTÃO 5	
Você acredita que existem iniciativas para promover a igualdade nas oportunidades de aprendizagem entre alunos com e sem deficiências no seu curso? Pode citar algumas?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Identificar essas iniciativas é importante para entender como a inclusão é praticada e quais áreas precisam de mais atenção.	Investigar a existência e a eficácia de iniciativas que promovem a igualdade de oportunidades de aprendizagem.
QUESTÃO 6	
No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às atividades extra curriculares?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Compreender esses desafios pode ajudar a desenvolver estratégias para melhorar a participação e inclusão em atividades fora da sala de aula.	Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência em atividades extracurriculares.
QUESTÃO 7	
No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às interações em sala de aula (com professores e colegas de turma)?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Identificar esses desafios é essencial para promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e colaborativo.	Explorar os desafios nas interações sociais e acadêmicas enfrentados pelos alunos com deficiência.

QUESTÃO 8	
No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação aos materiais didáticos utilizados?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Essa informação é vital para garantir que os materiais sejam adaptados e acessíveis a todos os alunos.	Compreender as dificuldades relacionadas ao acesso e à utilização de materiais didáticos.
QUESTÃO 9	
Você acredita que as Tecnologias Assistivas impactam em seu desempenho acadêmico e suas notas? Como?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Entender essa relação pode ajudar a justificar a necessidade de mais investimentos em tecnologias assistivas.	Avaliar a percepção dos alunos sobre o impacto das tecnologias assistivas em seu desempenho acadêmico.
QUESTÃO 10	
Você acredita que as Tecnologias Assistivas impactam na sua frequência às aulas? Como?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
A frequência é um indicador importante do engajamento acadêmico, e entender essa relação pode ajudar a melhorar a retenção de alunos.	Investigar se as tecnologias assistivas influenciam a frequência dos alunos às aulas.
QUESTÃO 11	
Você percebe alguma diferença entre o seu desempenho acadêmico em comparação a outros estudantes com deficiência que não usam Tecnologias Assistivas?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Essa comparação pode fornecer insights sobre a eficácia das tecnologias assistivas na promoção do sucesso acadêmico.	Comparar o desempenho acadêmico de alunos que utilizam tecnologias assistivas com aqueles que não utilizam.
QUESTÃO 12	
Como você avalia o suporte institucional oferecido pela UFPB para estudantes com deficiências no seu curso?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Compreender essa avaliação é fundamental para identificar áreas de melhoria no suporte oferecido, garantindo que os alunos tenham acesso a recursos adequados que promovam sua inclusão e sucesso acadêmico.	Avaliar a percepção dos alunos sobre a eficácia do suporte institucional disponível para estudantes com deficiência na UFPB.
QUESTÃO 13	
Quais adaptações razoáveis você considera essenciais para melhorar sua experiência acadêmica?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Conhecer essas adaptações é crucial para que a instituição possa implementar mudanças que atendam às necessidades específicas dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo.	Identificar as adaptações que os alunos com deficiência consideram necessárias para otimizar sua experiência acadêmica.
QUESTÃO 14	
Quais são suas perspectivas em relação à empregabilidade após a conclusão do curso?	

JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Entender essas perspectivas pode ajudar a instituição a desenvolver programas de apoio e orientação que melhorem as chances de empregabilidade dos alunos, além de informar políticas de inclusão no mercado de trabalho.	Explorar as expectativas dos alunos com deficiência em relação à sua empregabilidade após a graduação.
QUESTÃO 15	
Com base em sua experiência e nas respostas anteriores, o que você acha que falta para a UFPB melhorar a experiência dos alunos com deficiência e aumentar suas chances de empregabilidade?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
As opiniões dos alunos são valiosas para a formulação de estratégias e políticas que visem a inclusão e a melhoria contínua do ambiente acadêmico, além de contribuir para a criação de um espaço mais acolhedor e acessível.	Coletar sugestões e percepções dos alunos sobre o que pode ser feito para aprimorar a experiência acadêmica e as oportunidades de emprego para estudantes com deficiência.

APÊNDICE G - Justificativa e objetivo das questões do roteiro para os discentes que não utilizam as tecnologias assistivas

QUESTÃO 2	
Você conhece as políticas e diretrizes do Ministério da Educação e da UFPB para inclusão e uso de Tecnologias Assistivas?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
O conhecimento sobre essas políticas é crucial para que os alunos possam reivindicar seus direitos e acessar os recursos disponíveis.	Avaliar o conhecimento dos alunos sobre as políticas de inclusão e uso de tecnologias assistivas.
QUESTÃO 3	
Você acha que o seu curso tem políticas e diretrizes de inclusão de pessoas com deficiência implantadas? Comente.	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Essa percepção pode indicar a eficácia das políticas existentes e a necessidade de melhorias.	Obter a percepção dos alunos sobre a implementação de políticas de inclusão em seus cursos.
QUESTÃO 4	
Você acredita que existem iniciativas para promover a igualdade nas oportunidades de aprendizagem entre alunos com e sem deficiências no seu curso? Pode citar algumas?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Compreender a percepção dos alunos sobre essas iniciativas é crucial para identificar se as ações implementadas pela instituição estão sendo reconhecidas e se estão efetivamente contribuindo para um ambiente de aprendizado inclusivo.	Avaliar a percepção dos alunos sobre a existência e eficácia de iniciativas que visam promover a igualdade de oportunidades de aprendizagem entre estudantes com e sem deficiência.
QUESTÃO 5	
No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às atividades extra curriculares?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Compreender esses desafios pode ajudar a desenvolver estratégias para melhorar a participação e inclusão em atividades fora da sala de aula.	Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência em atividades extracurriculares.
QUESTÃO 6	
No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação às interações em sala de aula (com professores e colegas de turma)?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Identificar esses desafios é essencial para promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e colaborativo.	Explorar os desafios nas interações sociais e acadêmicas enfrentados pelos alunos com deficiência.
QUESTÃO 7	
No seu dia-a-dia acadêmico, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação aos materiais didáticos utilizados?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Essa informação é vital para garantir que os materiais sejam adaptados e acessíveis a todos os alunos.	Compreender as dificuldades relacionadas ao acesso e à utilização de materiais didáticos.
QUESTÃO 8	
Por que você não faz uso de tecnologias assistivas no seu dia-a-dia acadêmico?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Compreender os obstáculos ou barreiras que impedem o uso dessas tecnologias é fundamental para a UFPB e outras instituições de ensino.	Identificar as razões que levam os alunos a não utilizarem Tecnologias Assistivas em suas atividades acadêmicas, mesmo que possam ter acesso a elas.
QUESTÃO 9	
Você acredita que as Tecnologias Assistivas poderiam impactar em seu desempenho acadêmico e suas notas? Como?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Entender essa relação pode ajudar a justificar a necessidade de mais investimentos em tecnologias assistivas.	Avaliar a percepção dos alunos sobre o impacto das tecnologias assistivas em seu desempenho acadêmico.

QUESTÃO 10	
Você acredita que as Tecnologias Assistivas poderiam impactar na sua frequência às aulas? Como?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
A frequência é um indicador importante do engajamento acadêmico, e entender essa relação pode ajudar a melhorar a retenção de alunos.	Investigar se as tecnologias assistivas influenciam a frequência dos alunos às aulas.
QUESTÃO 11	
Você percebe alguma diferença entre o seu desempenho acadêmico em comparação a outros estudantes com deficiência que usam Tecnologias Assistivas?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Essa comparação pode fornecer insights sobre a eficácia das tecnologias assistivas na promoção do sucesso acadêmico.	Comparar o desempenho acadêmico de alunos que utilizam tecnologias assistivas com aqueles que não utilizam.
QUESTÃO 12	
Como você avalia o suporte institucional oferecido pela UFPB para estudantes com deficiências no seu curso?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Compreender essa avaliação é fundamental para identificar áreas de melhoria no suporte oferecido, garantindo que os alunos tenham acesso a recursos adequados que promovam sua inclusão e sucesso acadêmico.	Avaliar a percepção dos alunos sobre a eficácia do suporte institucional disponível para estudantes com deficiência na UFPB.
QUESTÃO 13	
Quais adaptações razoáveis você considera essenciais para melhorar sua experiência acadêmica?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Conhecer essas adaptações é crucial para que a instituição possa implementar mudanças que atendam às necessidades específicas dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo.	Identificar as adaptações que os alunos com deficiência consideram necessárias para otimizar sua experiência acadêmica.
QUESTÃO 14	
Quais são suas perspectivas em relação à empregabilidade após a conclusão do curso?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
Entender essas perspectivas pode ajudar a instituição a desenvolver programas de apoio e orientação que melhorem as chances de empregabilidade dos alunos, além de informar políticas de inclusão no mercado de trabalho.	Explorar as expectativas dos alunos com deficiência em relação à sua empregabilidade após a graduação.
QUESTÃO 15	
Com base em sua experiência e nas respostas anteriores, o que você acha que falta para a UFPB melhorar a experiência dos alunos com deficiência e aumentar suas chances de empregabilidade?	
JUSTIFICATIVA	OBJETIVO
As opiniões dos alunos são valiosas para a formulação de estratégias e políticas que visem a inclusão e a melhoria contínua do ambiente acadêmico, além de contribuir para a criação de um espaço mais acolhedor e acessível.	Coletar sugestões e percepções dos alunos sobre o que pode ser feito para aprimorar a experiência acadêmica e as oportunidades de emprego para estudantes com deficiência.